

A CONCEIÇÃO: MOEDA, MEDALHA E VENERA DA PADROEIRA DE PORTUGAL

António Pacheco Trigueiros

RESUMO

O inventário e estudo das moedas e medalhas com a imagem da Virgem Imaculada da Conceição de Vila Viçosa, padroeira de Portugal desde 1646, existentes em coleções públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, permitiu resolver um conflito de opiniões sobre o estatuto e principais características dessas emblemáticas peças da numismática portuguesa, que não foram só moedas de curso legal, mas também, venerated pendants on the chest and medals of royal offers. The author enumerates and reproduces in full the main documents, chronicles and studies published since 1655, identifies the coins and medals minted in the name of D. João IV and of D. Pedro II, characterizes the different reproductions that were made since then in the name of those two sovereigns, and reveals for the first time the false Conception of 1650, ending by describing the different eras the coin-medal of the Immaculate Conception has undergone, since its creation until the last replica made in 1946 as a commemorative medal.

PALAVRA CHAVE

A Conceição; Padroeira de Portugal; moedas e medalhas da Conceição

ABSTRACTS

The study of the coins and medals with the image of the Virgin of the Immaculate Conception of Vila Viçosa (Conceição), patron saint of Portugal and its overseas dominions since 1646, from important numismatic collection in Portugal, Brazil and elsewhere, allowed the author to solve a conflict of opinions on the status and main characteristics of these emblematic pieces of Portuguese numismatics, that were not only legal tender coinage, but also used as insignia and medals for royal offers. The author lists the main documents, chronicles and studies published since 1655, identifies the coins minted in the name of kings John IV and Pedro II, and the different features of the minted and cast reproductions that were made in the name of those two sovereigns since then, reveals for the first time ever the false Conception dated 1650, ending by describing the different eras the coin-medal of the Immaculate Conception has undergone, since its creation until the last replica made in 1946 as a commemorative medal.

KEYWORDS

Restoration of Portugal; Our Lady of Conception; coins and medals of the Immaculate Conception

Introdução

Desde que apareceu ao público pela primeira vez em 1651, que esta moeda nunca mais deixou de seduzir pelo seu ineditismo e vigor emblemático, transformando-se rapidamente numa insígnia da veneração de todo um povo à Senhora Imaculada de Vila Viçosa, a quem se atribuía o êxito da libertação nacional do jugo espanhol.

A história da consagração de Portugal à imagem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e a promessa que os senhores reis de Portugal fizeram de defender, a todo o custo, o dogma de que a Virgem Maria Mãe de Deus foi concebida sem pecado original, forma uma das mais belas páginas do imaginário lusitano, que tem de ser recordado, mesmo que sumariamente, para se poder entender a importância histórica das moedas da Conceição, cunhadas em nome de D. João IV e de D. Pedro II, entre 1650 e 1685, e posteriormente reproduzidas em várias épocas até 1946.

Durante mais de trezentos anos, nenhum estudioso, colecionador, numismata ou historiador, conseguiu explicar cabalmente as diferenças que separam as moedas originais da Conceição, das medalhas posteriores. Tudo o que delas se sabia, para além das características intrínsecas dos exemplares conhecidos, era o que vinha descrito na legislação e nas crónicas, ou ilustrado nas gravuras da época, incluindo os escassos registos coevos da casa da moeda de Lisboa. Sendo muito raros os exemplares originais, moedas e medalhas foram aparecendo misturadas nas principais colecções e catálogos numismáticos.

Dois exemplos muito actuais ilustram isso mesmo: -- no Museu do Banco de Portugal em Lisboa figura, num painel em fotografia, uma medalha de 1890, em vez da moeda original; -- no catálogo da colecção numismática de Carlos Marques da Costa, adquirida pelo Banco Espírito Santo em 2008, pouco tempo antes da morte desse ilustre colecionador, aparece descrita como moeda original da Conceição uma dessas réplicas do final do século XIX, não se apresentando o exemplar genuíno existente nessa colecção.

Um outro exemplo, bem mais sério, diz respeito aos dois exemplares da Conceição hoje conhecidos com era de 1650, e que pertenciam até há pouco tempo à colecção do banco Millennium BCP (uma delas vinha da antiga colecção do banqueiro Artur Pinto de Magalhães, encontrando-se ilustrada no catálogo da colecção numismática do banco Mello. O segundo exemplar foi leiloadado em 2013 pela Numisma, juntamente com os duplicados da colecção Millennium). São, em ambos casos, exemplares falsos, de fábrica moderna e custa muito a entender como é que grandes numismatas como Batalha Reis, Ferraro Vaz e outros, não se aperceberam da sua falsidade, de tão notória que é, para quem a tenha visto ao vivo, tocado e sentido nos dedos a sua modernidade.

Esta indefinição entre moedas e medalhas da Conceição termina agora, como resultado do estudo e inventário que podemos fazer dos exemplares leiloados nos últimos quarenta anos e nos existentes nas mais importantes colecções nacionais e brasileiras. Nestas últimas, há que fazer uma referência muito especial aos seis exemplares da antiga colecção do comendador António Pedro de Andrade (Funchal 1839 – Rio 1921), que integra o valioso acervo numismático do Museu Histórico

Nacional. Por si só, esses seis exemplares resolveram uma incógnita numismática que perdurou durante séculos.

O autor deseja agradecer muito especialmente a colaboração recebida da anterior responsável pelo Departamento de Numismática do Museu Histórico Nacional, Dra. Eliane Rose Vaz Cabral Nery, cujo inestimável contributo tornou possível este estudo. À Sociedade Portuguesa de Numismática, na pessoa do seu presidente da direcção, Dr. Rui Centeno, os nossos agradecimentos pelas facilidades prestadas no estudo de outra valiosa prova dos cunhos gravados em nome de D. Pedro II.

Os nossos agradecimentos vão também para o Dr. João Ruas, bibliotecário do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, em Vila Viçosa; e para a Dra. Maria Inês Cordeiro, directora da Biblioteca Nacional, em Lisboa

PARTE I – A CONCEIÇÃO: FONTES DOCUMENTAIS, ICONOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA

Da Restauração às Cortes de Lisboa de 1646

No primeiro dia de Dezembro de 1640, um grupo de patriotas da causa da independência nacional levou a cabo um levantamento contra a dominação filipina, que ficou conhecida como a Restauração de Portugal. Duas semanas depois, o 8.º duque de Bragança era solenemente ajuramentado como D. João IV de Portugal (1604-1656), enquanto o país se preparava para o inevitável confronto armado com os espanhóis. Uma guerra que duraria 28 anos e que se saldou por espectaculares vitórias das armas lusas, face a um inimigo numericamente muito superior, embora desfalcado de meios e de homens pelo seu envolvimento nos grandes conflitos europeus da época e na repressão da revolta da Catalunha.

Desde Maio de 1644, com a retumbante vitória em terras alentejanas do Montijo, cerca de Badajoz, que se reacendeu o fervor religioso da protecção divina à causa portuguesa, ligando a proximidade do dia da Restauração ao dia 8 de Dezembro, da Imaculada Conceição, cuja festa decorria na igreja de Vila Viçosa. Para esse dia 8 de Dezembro, mas de 1645, foram convocadas novas Cortes em Lisboa, que só tiveram lugar em Janeiro do ano seguinte, durante as quais D. João IV declarou solenemente que tomava a Virgem Nossa Senhora da Conceição como padroeira do Reino e de todos os seus domínios, oferecendo à igreja de Vila Viçosa, em preito de vassalagem, o tributo anual de cinquenta cruzados de ouro, jurando ele, o príncipe herdeiro D. Teodósio (1634-1653) e os três Estados reunidos, defender, à custa da própria vida sendo necessário, que a Virgem Maria Mãe de Deus foi concebida sem pecado original. Um dogma que só seria proclamado mais de duzentos anos depois, a 8 de Dezembro de 1854 por Pio IX (Bula “Ineffabilis Deus”).

Uma promessa, juramento e vassalagem que seria mais tarde repetida solenemente pelo soberano, em voz alta e de joelhos, na sua capela dos Paços da Ribeira,

em Lisboa, e publicada em forma de lei na seguinte provisão régia:

1646, Março 25 – Provisão Régia, tomando Nossa Senhora da Conceição como Padroeira do Reino: *«Dom João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquém e dalém mar em África, Senhor da Guine, e da Conquista, navegação, e Comercio da Etiopia, Arábia, Pérsia, e da India etc. faço saber aos que esta minha provisão virem que sendo ora restituído por mercê muito particular de Deos nosso senhor; à Coroa destes meus Reinos e senhorios de Portugal; considerando que o Senhor Rey Dom Afonso Henriques meu progenitor e primeiro Rey deste Reyno, sendo aclamado e levantado por Rey, em reconhecimento de tão grande mercê, de consentimento de seus Vassallos, tomou por especial avogada sua a Virgem Mãe de Deos Senhora nossa, e debaixo da sua Sagrada protecção e amparo, lhe ofereceu todos seus sucessores, Reino, e vassallos com particular tributo em sinal de feudo e Vassalagem; Desejando eu imitar seu santo zelo, e a singular piedade dos senhores Reys meus predecessores, reconhecendo ainda em mi vantajadas e continuas mercês e beneficios da liberal e poderosa Mãe de Deos nosso Senhor por intercessão da Virgem nossa senhora da Conceição: estando ora juntos em Cortes com os três Estados do Reino, lhes fiz propor a obrigação que tínhamos de renovar e continuar essa promessa, e venerar com muito particular affecto, e solenidade, a festa de Sua immaculada concepção: E nelas, com parecer de todos, assentamos de tomar por padroeira de nossos Reinos e Senhorios, a Santissima Virgem nossa Senhora da Conceição, na forma dos Breves do Santo padre Urbano 8.º, obrigandome a haver confirmação da Santa See Apostólica, e lhe ofereço de novo em meu nome e do Principe Dom Theodosio meu sobre todos muito amado e presado filho, e de todos meus descendentes, sucessores, Reinos, Senhorios, e Vassallos, a sua Santa Caza da Conceição sita em Vila Viçosa, por ser a primeira que ouve em Espanha desta invocação, sincuenta cruzados de ouro em cada um ano em sinal de Tributo e Vassalagem: E da mesma maneira prometemos e juramos com o Principe e Estados, de confessar e defender sempre (té dar a vida sendo necessário) que a Virgem, Maria Mãe de Deos, foi concebida sem pecado original, tendo respeito, a que a Santa Madre Igreja Romana, a quem somos obrigados seguir e obedecer; celebra com particular officio e festa, sua Santissima e immaculada Conceição; salvando porem este juramento no Cazo em que a mesma Santa Igreja resolva o Contrario, esperando com grande confiança na infinita misericordia de Deos nosso Senhor; que por meio desta senhora padroeira e protectora de nossos Reinos e Senhorios, de quem, por honra nossa, nos confessamos, e reconhecemos Vassallos e tributários, nos ampare e defenda de nossos inimigos, com grande acrescentamentos destes Reinos, para gloria de Christo nosso Deos, exaltação de nossa Santa See Catholica Romana, conversão das gentes, e reducção dos hereges.*

E se alguma pessoa intentar couza contra esta nossa promessa, jura-

mento, e vassalagem, por este mesmo efeito, sendo vassalo, o havemos por não natural, e queremos que seja logo lançado fora do Reino; E se for Rei (o que Deos não permita) haja sua e nossa maldição, e não se conte entre nossos descendentes; esperando que pelo mesmo Deos que nos deu o Reino e sobio à dignidade Real, seja dela abatido e despojado. E para que, em todo o tempo haja certeza desta nossa Eleição, promessa, e juramento firmada e estabelecida em Cortes, mandamos fazer dela três autos públicos, um que será logo levado à Corte de Roma para se expedir a Confirmação da Santa See Apostólica, e outros dous que juntos à dita Confirmação, e esta minha provisão se guarde no Cartório da Caza de nossa Senhora da Conceção de Vila Viçosa, e na nossa Torre do Tombo.

Dada nesta nossa Cidade de Lisboa aos vintesinco dias do mês de Março: Baltazar Roiz Coelho a fez, anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Cristo de 1646. P^o Vieira da Silva a fez escrever: El Rey»¹

Como consequência deste juramento, nunca mais os reis de Portugal puseram a coroa na cabeça, que desde então aparece representada nos seus retratos régios assente ao lado sobre uma mesa. E diz a tradição popular que Nossa Senhora passou a ser “a rainha de Portugal”.

A Conceição, moeda de um tributo nacional

Terá sido deste preito de vassalagem que surgiu a ideia de se mandar cunhar uma moeda especial, alusiva à Senhora da Conceição, para com ela se pagar o tributo anual de cinquenta cruzados de ouro (24\$000 réis).

Apesar de não existirem registos que nos orientem sobre as medidas preliminares então tomadas, com vista à preparação dessa cunhagem tão especial, concretizada em Dezembro de 1650, um olhar atento sobre as moedas portuguesas de ouro e de prata da época, fabricadas “a martelo”, com o seu pobre desenho e pior acabamento, diz-nos que o rei de Portugal não dispunha de gravadores habilidosos e experientes, que abrissem os ferros necessários para uma gravura artística com a imagem da Senhora, nem maquinaria própria para cunhar tão grande e espessa moeda, além da força dos braços dos moedeiros.

No estrangeiro, particularmente nos estados da Alemanha, amoedações com grandes módulos, superiores a 44 mm e artísticas gravuras, fruto de um florescente desenvolvimento das artes do Renascimento (os famosos taler de prata), eram correntes durante todo o século XVI. Já então essas moedas eram cunhadas por processos mecânicos, cujo aperfeiçoamento resultaria na invenção do balancé de parafuso, cerca de 1550, juntamente com o laminador de metal e o saca-bocados dos discos a cunhar. O seu uso generalizou-se depois por toda a Europa (primeiro

¹ NEVES, Pe. Moreira das - Nossa Senhora da Conceição na Restauração de Portugal. *Revista dos Centenários*. 19-20 (1940) 2-9. (<http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/obras>. Acesso em 20 de Maio de 2012)

na França, desde 1641; na Grã-Bretanha, desde 1652 e no mesmo ano chegou aos estados Americanos), não sem antes ter sido travada uma batalha com os moedeiros tradicionais, que viam os seus postos de trabalho ameaçados pela nova máquina.

Sabe-se que um engenho desses, provavelmente um balancé de média dimensão (com uma potência média de 10 toneladas de força), com os seus dois braços terminados em bolas de chumbo, foi encomendado em França, juntamente com um cunho apenas, com a imagem da Senhora da Conceição, tendo chegado a Lisboa em final de 1649. Foi seu portador António Routier, conforme os documentos que serão transcritos mais adiante.

Tudo indica que esse cunho francês da face alusiva e comemorativa da Virgem Imaculada da Conceição, foi inspirado em desenhos feitos em Portugal, neles constando uma complexa teia de atributos dos mistérios marianos e a era de 1648, do ano em que foram gravados.

Os trabalhos de montagem e treino dos moedeiros na nova arte de cunhar decorreram na Casa da Moeda de Lisboa por todo o ano de 1650, até à aprovação das amostras das moedas de ouro e de prata enviadas ao rei e ao conselho da Fazenda, como era hábito fazer e ainda hoje se pratica. Os trabalhos feitos terão envolvido, não só a prática da estampagem mecânica, mas também o ensaio da melhor qualidade dos discos metálicos a submeter ao cunho, seu diâmetro e peso, para um bom enchimento das gravuras. Só depois de se ter fixado o peso das moedas de ouro e de prata é que era possível atribuir-se-lhes um valor monetário, e não deixa de ser significativo que a moeda da Conceição tenha acabado por ter um peso de prata e um módulo rigorosamente conformes ao padrão dos “reales de A ocho” hispano-americanos, já então de grande circulação (peso de 28 g; módulo de 41 mm).

A sua cunhagem regular teve início em Dezembro desse ano, muito embora nessa ocasião com o fim específico de cumprir o pagamento do tributo anual, devido no dia da Senhora da Conceição, ou para algumas ofertas reais.

Mais um ano passa e, em Outubro de 1651, em data próxima da festa da Conceição, e já depois das últimas alterações no valor da prata e do ouro, é promulgada a lei que dá curso legal à moeda com a imagem da Padroeira de Portugal, a primeira com inegável carácter comemorativo e também, a primeira a seguir a tendência artística dos grandes dólares e escudos de prata europeus, ou seja, uma moeda desenhada e cunhada com técnicas de medalha.

Daqui para diante, os registos oficiais são omissos e tudo o que dela se sabe é o que rezam as crónicas.

As mais antigas crónicas da moeda da Conceição

A mais antiga narrativa destas moedas remonta ao ano de 1655, ou seja, é contemporânea da sua cunhagem e lançamento em circulação, nela se incluindo uma gravura completa do seu desenho, onde se notam as principais características do cunho original do anverso (escudo nacional): -- bordadura dos castelos em campo liso; -- legenda titular terminada em **REX** •, com ponto centrado na linha (fig. 1).



FIG. 1 - *Desenho da moeda da Conceição origina, publicado em 1655 por Severim de Faria.*
Note-se, no anverso, a bordadura dos castelos lisa e o ponto final centrado na legenda

1655 – Notícias de Portugal, Manuel Severim de Faria: *«Demos felice remate a esta matéria com a insigne Moeda, que Sua Majestade mandou lavar, depois que fez tributário o Reino de Portugal à Igreja da Conceição de Nossa Senhora da Conceição de Vilaviçosa; mandou lavar huma Moeda grande de prata de maior circunferência, que os Cruzados de prata, que de huma parte tem a Imagem de Nossa Senhora da Conceição, com os pés na meia-lua sob o globo; e de uma, e outra parte o Sol, e outros atributos metaphoricos, porque é invocada da Igreja, como são o Sol, o Espelho, o Horto concluso, a Casa do ouro, a Fonte selada, a Arca do Santuário, e as letras: Tutelarís Regni; e da outra as Armas Reais, com Coroa cerrada postas no meio da Cruz da Ordem de Cristo; e as letras: Ioannes Quartus D.G. Portugalliae, & Algarbiae Rex. Pesa esta Moeda 450 reis: outra mandou lavar de ouro com a mesma escultura, e letra, de valor de 12U000 reis»*²

Esta descrição foi depois reproduzida no tomo IV na conhecida obra sobre a História Genealógica da Casa Real Portuguesa, juntamente com a respectiva gravura, mas então na secção dedicada às medalhas, onde se acrescenta:

1738 – História Genealógica da Casa Real Portuguesa, António Caetano de Sousa: *«Esta Medalha mandou bater ElRey D. João IV de ouro, e prata, em louvor do Sagrado Mystério da puríssima Conceição da Virgem Santíssima, de que foi cordialíssimo devoto, nela se vê a Imagem da Senhora com a letra: Tutelarís Regni; e no reverso as Armas Reais com a Inscrição seguinte: Ioannes IV. D.G.Portugaliae & Algarbiae Rex. Mandou ElRey por uma Lei, que corresse as de ouro por doze mil reis, e as de prata por seis tostoens; huma, e outra se conservão em poder de alguns curiosos, que vimos.»*³

² FARIA, Manuel Severim de - *Notícias de Portugal*, discurso IV: «Sobre as Moedas de Portugal», §. 34, p. 191, Lisboa: 1755. (<http://www.archive.org/details/noticiasdeportug00fari>). Acedido em 20 de Maio de 2012). De notar a incorrecção no valor da moeda de prata, que é de 600 réis

³ SOUSA, António Caetano de - *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo IV, cap. VII «Índex de todas as Moedas e Medalhas», p. 322, fol. EE – fig. 1, Lisboa: 1738. (<http://purl.pt/776>). Acedido em 20 de Maio de 2012)

Ao catalogar a moeda da Conceição como medalha, com a respectiva gravura da moeda original relegada para a secção das medalhas (estampa EE), este autor lançou definitivamente a confusão, que se irá prolongar pelos próximos séculos.

Outro importante cronista dessa época descreve a moeda da Conceição com mais pormenores sobre a sua utilização como moeda e como venera, aspectos que são para nós de maior valia:

1745 – Mapa de Portugal, João Bautista de Castro: «Conceição. Esta moeda mandou lavrar D. João IV em ouro, e em prata no ano de 1648. A de ouro valia doze mil réis: tinha de huma parte a efigie da Senhora da Conceição com três símbolos deste Mystérios de cada parte, e em círculo as letras Tutelaris Regni: da outra parte estavam as Armas Reais no meio de huma cruz da Ordem de Christo e na cercadura: Joannes III. D. G. Portugaliae et Algarbiae Rex. *A de prata tinha o mesmo cunho, mas era de maior diametro, que os cruzados novos, e corria com o valor de seiscentos réis.*

A origem, que houve para se cunhar esta moeda, foy assim:

= *Depois que o felicissimo Rey D. João IV fez tributario o Reino de Portugal à Conceição da Senhora em cincoenta cruzados de ouro cada anno, applicados para a sua Real Capella de Vila Viçosa, jurando, e tomando neste Mysterio a Senhora por Protectora do Reino em Cortes do anno de 1646 tratou logo de lhe pagar o tributo em moeda especial, e para isso mandou abrir a França hum cunho da forma, que temos dito, o qual trouxe, e fez António Ruiter, a quem se deu tres mil réis, que dispendeo com a abertura do ferro, como consta do liv. 1 do registo da Casa da Moeda, pag 256 vers. donde inferimos, que o primeiro ano, que El-Rey fez a sobredita oferta, foi no ano de 1648, por ser este ano o que se vê expresso na sobredita moeda, a qual desde o ano de 1651 principiou a ser moeda corrente, pela ley que sahiu para isso. E sem embargo de que no tom. 4 da Historia Genealogica da Casa Real pag. 287 se diga, que humas, e outras moedas corrião com o pezo de uma onça, foi equivocação; porque na mesma ley, que vem no dito tomo a pag. 359 se vê, que as de ouro corrião com o peso de doze oitavas, e valião por doze mil réis; e as de prata com o peso de uma onça e corrião por seis tostões: e peso de doze oitavas he onça e meya.*

= *ElRey D. Affonso VI continuou também a mandar lavrar as sobreditas moedas em todo o tempo do seu governo, e da mesma sorte ElRey D. Pedro II. e nesta moeda se fazia a offerta de vinte e quatro mil réis no dia da festa da Conceição, em cujo dia trazem pendente ao pescoço os tres Officiaes, que administrão a Casa da Senhora, huma das taes moedas. No anno porém de 1685 teve fim a fabrica destas moedas, porque desde então nunca mais se lavrarão, entregando-se os referidos vinte e quatro mil réis em outra qualquer moeda para a despesa da festa de Villa Viçosa.»⁴*

⁴ CASTRO; João Baptista de - *Mapa de Portugal, Antigo e Moderno*, tomo I, parte 1.^a, cap. XII «Das Moedas», p. 181, 2.^a edição, Lisboa: 1762. (<http://purl.pt/436>. Acedido em 20 de Maio de 2012)

Sendo o tributo anual a pagar de 50 cruzados de ouro, ou seja, no valor de 24\$000 réis (50x440 réis cada cruzado), tal equivalia, na época, à entrega de 2 moedas de ouro (12\$000 réis cada) ou 40 moedas de prata da Conceição (600 réis cada), à igreja da Conceição de Vila Viçosa, no dia 8 de dezembro, da sua festa.

Esta descrição enfeita de vários erros de leitura e interpretação dos textos registados nos livros da casa da moeda, os quais, como se verá mais abaixo, não permitem concluir que os cunhos gravados em França sejam da autoria de António Routier, que terá sido apenas o agente encarregado de adquirir a nova máquina de cunhar (balancé de parafuso) e o respectivos cunho gravado, e de a transportar até Lisboa, certamente por via marítima, dado o estado de guerra com Espanha.

Como bem notou Teixeira de Aragão, o ano de 1648 não corresponde ao do início da cunhagem destas moedas da Conceição, mas sim, ao da abertura dos cunhos pelo gravador francês, de cujo nome não reza a história, e que pelo seu excelente trabalho recebeu a paga de três mil réis.

A importância do ano de 1685, da cessação da amoedação

Segundo este cronista, o pagamento deste tributo à Padroeira do Reino, na sua moeda evocativa e comemorativa, continuou até ao ano de 1685, quando a cunhagem terá sido suspensa, sem dúvida como resultado das perturbações monetárias desse período, que culminaram com a grande reforma da casa da moeda de 1686 e no levantamento do valor do ouro e da prata portuguesa amoedada, decretado em 1688.

Esta referência ao ano de 1685 assume especial importância na credibilização das cunhagens feitas em nome de D. Pedro II (rei desde 1668) e durante o seu reinado, inicialmente do mesmo tipo joanino, e mais tarde com cunhos renovados, aptos a serem batidos na “fábrica nova” instalada em Lisboa desde o ano de 1678, com recurso a novos balancés de cunhar de parafuso e à inovação da virola, uma argola de contenção da expansão do metal e que permitia ser gravada interiormente, formando belos desenhos no bordo das moedas.

A Conceição como venera e insígnia da Confraria dos Escravos da Conceição

Outra importante referência que ali se faz, diz respeito ao uso destas moedas como veneras, ou insígnias pendentes de fitas ao pescoço dos três oficiais da Confraria dos Escravos da Conceição, uma congregação religiosa cuja fundação foi confirmada por D. Pedro II em 1694. Ou seja, o início do seu uso como venera é muito posterior à época da sua cunhagem e circulação como moeda (1651-1685), o que pode explicar a existência de cópias fundidas das moedas originais (tal como aparece na colecção do MHN), para servirem de insígnia da Confraria, no dia da festa da Conceição.

Os pagamentos do tributo em acção de graças pela Restauração

Por outros registos sabe-se que, o tributo à imagem da padroeira de Portugal foi

pontualmente pago até 1807, tendo cessado com a invasão francesa e desde então não foi renovado, conforme as informações recolhidas por Alberto Pimentel:

1899 – O Culto de Nossa Senhora em Portugal, Alberto Pimentel: «No arquivo da Regia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa faltam alguns livros de contas de anos remotos; contudo, dos que existem pode concluir-se que o feudo que Sua Magestade El-Rei o Senhor D. João 4º se obrigou a pagar anualmente, segundo a provisão de 25 de Março de 1646, à Casa de N. S. da Conceição de Vila Viçosa, foi efectivamente satisfeito até ao ano de 1739 na razão de 20\$000 réis anuais; que de 1740 em diante esta quantia variou, sendo nuns anos de 37\$500 réis, noutros de 35\$720 réis e ainda noutros de 31\$800 réis, não constando o motivo destas alterações. Os últimos anos pagos foram os de 1803 e 1804, lançados nas contas de 1807, ocasionando naturalmente a cessação do pagamento a invasão francesa, que se deu nesse ano.

Em alguns dos anos acha-se assim descrita a verba da receita: “Do feudo que Sua Magestade El Rei o Senhor D. João 4º se obrigou a pagar não só por si, mas por todos os seus descendentes, em acção de graças pela restauração do Reino”. De 1807 para cá não há notícia de que à Régia Confraria tenha sido pago aquele feudo.»⁵

Os registos da Casa da Moeda de Lisboa

São escassos, mas importantes, os despachos, ordens e alvarás que a esta moeda dizem respeito, todos eles publicados em 1877 na conhecida obra *Descrição Geral e Histórica das Moedas* do Dr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão, de quem também falaremos mais abaixo:

1649, Dezembro 3 – Despacho sobre a máquina que veio de França: «Diz Gaspar Pacheco, Juiz e Tesoureiro da caza da moeda desta cidade, que lhe é necessário um despacho para que na dita caza se Receba o engenho que Troise António Routier de França Para a fabrica da dita caza, e que todas as despesas e custos que fizer com o dito engenho lhe façam as despesas com os Escrivães da caza, os quais lhes levaram os contadores em conta. E acim Mais tres mil reis que gastou em mandar Abrir hum ferro para A imagem da nossa senhora da concepção. E.R.M. Gaspar Pacheco. -- Despacho – O suplicante trate de recolher este engenho, e os escrivães façam a despesa na forma que pede, e das ordens se Sua Mgde. em Lix.^a a tres de dezembro de 1649. Com tres rubricas dos ministros do conselho da fazenda.»⁶

1650, Dezembro 5 – Ordem de cunhagem das moedas da Conceição: «Por quanto Sua Majestade foi servido mandar que se lavrassem moedas de ouro e prata com a imagem santa da virgem santíssima nossa senhora da con-

⁵ PIMENTEL, Alberto - *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa: 1899, cap. VIII, nota p. 279. (<http://www.archive.org/details/historiadocultod00pime>. Acesso em 20 de Maio de 2012)

⁶ ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de - *Descrição Geral e Histórica das Moedas...*, Lisboa: Imprensa Nacional, tomo II, 1877, p. 17, nota 4. Arquivo da casa da moeda de Lisboa, registo geral, livro I, folha 256 v.

ceipção, feitas no engenho que veio de França; o juiz da moeda faça lavar logo as ditas moedas, na forma e maneira que já se lavravão asin de ouro como de prata, procurando se lavrem e fação algumas, as mais que ser possa, até oito deste mês de Dezembro, dia de conceipção, para o que se lhe passará Alvará. Lix.^a 5 de dezembro de 650. A coal ordem tem coatro rublicas dos menistros do conselho da fazenda.»⁷

1651, Outubro 9 – Alvará que determina o curso legal das moedas da Conceição: *«Eu ElRey faço saber aos que este Alvará virem que Eu hei por bem e me praz que as moedas de imagem de nossa senhora da conceipção, que ora houve por meu serviço mandar se lavrassem, tenham de valor extrínseco as que forem de ouro doze mil réis, tendo de peso doze oitavas e as que forem de prata seis tostões, pondo-se pelo molde mais grosso, e tendo cada uma de peso uma onça e que nesta forma poção correr em meus Reinos e senhorios, como a mais moeda usual, vista a informação do juiz e tesoureiro da casa da moeda desta cidade; pelo que mando aos vedores de minha fazenda que na forma acima dita fação cumprir a guardar o contheudo neste Alvará, paçan-do para ese efeito as ordens que necessárias forem, com todas as clausulas, condissóis, pennas e obrigaçois, como se de cada uma delas se fizera expreça menção e declaração. As quais hei aqui por expreças e declaradas, e para melhor cumprimento deste se farão publicar em minha chancelaria e registrar nos livros das casas da moeda, para a todo tempo se saber de como assim o hei por bem, o qual quero que valha, tenha força e vigor, posto que o seu efeito dure mais de um ano, sem embargo da ordenação do liv.^o 2.^o tit. 40 em contrario. Luís da costa correia o fez em Lix.^a nove de outubro de seis centos sincoenta e hum annos. E eu francisco guedes pereira o fiz escrever. Rei. o Conde de Cantanhede.»⁸*

Outros escritos numismáticos e catálogos dos séculos XIX e XX

Para se evitarem repetições, transcrevemos apenas os comentários ou outras novidades que sobre estas moedas e medalhas da Conceição fizeram eco os principais escritores e historiadores numismatas portugueses.

⁷ Idem, *ibidem*, p. 280, documento n.º 139. Arquivo da casa da moeda de Lisboa, registo geral, livro I, folha 258.

⁸ Idem, *ibidem*, p.282, documento n.º 142. Arquivo da casa da moeda de Lisboa, registo geral, livro I, folha 258 v.

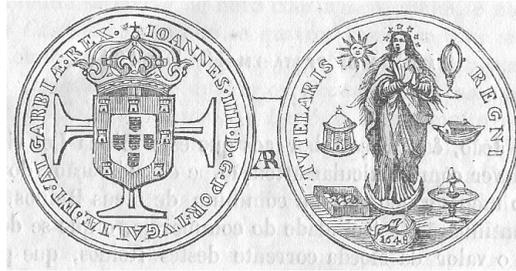


FIG. 2 – Desenho de uma medalha da Conceição, publicado em 1857 por Lopes Fernandes. Este desenho é uma prova documental de que o novo anverso, em nome de D. João IV, com a bordadura dos castelos estriada, foi gravado muito antes das recunhagens de 1890.

1857 – Memória das Moedas, Lopes Fernandes: «D. JOÃO IV - MOEDAS DA CONCEIÇÃO – Ouro de 22 quilates, pesava a de ouro 12 oitavas e a de prata, com igual cunho, pesava uma onça, reputando o marco de ouro por 64000 réis, e o de prata 4800 réis.

Pela carta Régia remetida à Câmara do Porto, datada de 25 de Março de 1646, lhe participou ElRei, que havia feito em Cortes a escolha da Nossa Senhora da Conceição para Padroeira do Reino. No registo da Casa da Moeda, Livro I, Pág. 256 v., consta que António Routier trouxe de França um engenho com o qual se lavrou em 1648 na Casa da Moeda de Lisboa as medalhas de ouro e prata (sic), com tipos iguais, com a efigie da mesma Senhora; as quais depois ordenou que corresse como moedas, as de ouro por 12000 réis, e as de prata por 600 réis, como consta do Alvará de 9 de Outubro de 1651. No reinado de D. Pedro II se reproduziu esta moeda com as legendas do Sr. D. João IV.»

= «D. PEDRO II – MOEDA DA CONCEIÇÃO – Na Casa da Moeda de Lisboa existem uns cunhos da Moeda da Conceição em tudo semelhantes à que lavrou o Sr. D. João IV, porém com a legenda do nome do Sr. D. Pedro II. Talvez fosse medalha e não dinheiro, porque não aparece a Lei que a mandasse cunhar.

Também ali existem uns cunhos dos Portuguezes de Ouro do Sr. D. Manuel, conhecendo-se perfeitamente que foram moedas reproduzidas, porque a fabrica e letras das legendas são do mesmo caracter das moedas lavradas pelo Sr. D. Pedro II ou pelo Sr. D João V.»⁹

Com este autor dá-se um fenómeno curioso e bem sintomático da confusão reinante entre moedas e medalhas da Conceição: -- nesta obra de 1857, dedicada às moedas portuguesas, Lopes Fernandes reproduz o desenho de uma medalha (do tipo

⁹ FERNANDES, Manuel Bernardo Lopes - Memória das moedas correntes em Portugal..., Lisboa: Academia Real das Ciências, 1857, pp. 183 e 229.

com a bordadura dos castelos estriada e legenda do anverso terminada em **REX.**, com ponto na linha inferior); -- e, na obra de 1861, sobre as medalhas portuguesas, reproduz o tipo da moeda original joanina (do tipo com a bordadura dos castelos lisa, e legenda do anverso terminada em **REX •**, com ponto centrado), a que chama de “medalha”.

No entanto, esta Memória é uma obra preciosa pelo que revela, que a medalha da Conceição já existia muito antes das recunhagens de 1890. Ou seja, estas recunhagens tardias mais não fizeram que continuar uma tradição que vinha do passado.

Infelizmente, Lopes Fernandes era também o autor mais citado por todos os leiloeiros nacionais e internacionais, que mais não fizeram que seguir a sua orientação, catalogando as medalhas como moedas, e as moedas originais como medalhas.

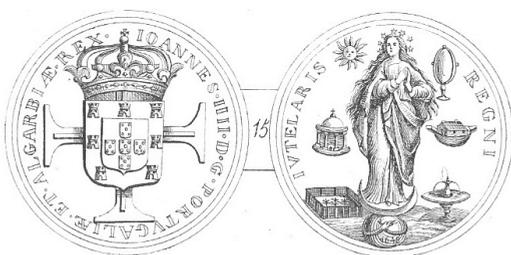


FIG. 3 – Excelente desenho da moeda original da Conceição, publicado em 1861 por Lopes Fernandes no seu catálogo das medalhas portuguesas

1861 – Memória das Medalhas, Lopes Fernandes: «Conceição de ouro e de prata, n.º 15 – Estas medalhas são excessivamente raras, e as que temos visto cunhadas são as reproduzidas na casa da moeda de Lisboa no tempo do Senhor D. Pedro II, e vem estampadas na Historia Genealógica da Casa Real, Tomo IV, Taboa EE, Fig.1.»

= «Medalhas das ofertas – Desde o tempo do Senhor D. João IV que os nossos Reis costumam oferecer umas medalhas em alguns dias festivos na capela Real, guardando-as depois e dando em seu lugar, em alguns desses dias, certas quantias em dinheiro (6 de Janeiro; 24 de Março; 10 de Outubro). Em 8 de Dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Reino. (...)

Na catedral da Sé de Lisboa se guardam vários exemplares de duas qualidades destas medalhas que servem nas ofertas, são de prata, e outras de cobre dourado. Umas de prata fundida, em tudo semelhante às medalhas de Nossa Senhora da Conceição do tempo de D. João IV, já descritas nesta

*Memória, e as outras com um anjo e uma cruz no reverso.»*¹⁰

A gravura reproduzida neste tomo representa o desenho do modelo original da moeda da Conceição, como já se disse, mas é aí apresentada como sendo a medalha da Conceição, internacionalmente conhecida como “LF 15”. A referência às medalhas “que temos visto cunhadas são as reproduzidas na casa da moeda de Lisboa no tempo do Senhor D. Pedro II”, aumenta mais ainda a confusão: serão as que têm a bordadura dos castelos lisa, ou estriada?

É possível e natural que tenha havido cunhagens deste primeiro modelo no reinado de D. Pedro II, com recurso aos cunhos originais, mas a evidência numismática da coleção do MHN e do museu da SPN mostra que também houve abertura de novos cunhos em nome de D. Pedro II, de que se conhecem dois tipos muito diferentes: 1- com a bordadura dos castelos do escudo, em campo liso; 2- com a bordadura dos castelos tracejada. Mais adiante apresentamos a separação destes dois tipos.

A referência às medalhas de oferta da Conceição, de D. João IV, de prata fundida, é importante e vem resolver uma incógnita que pairava sobre dois exemplares com essas características, da coleção António Pedro de Andrade, do MHN, ilustrados na segunda parte deste trabalho.

1872 – Dicionário de Numismática, Amaral do Toro: «*CONCEIÇÃO - Não conhecemos nenhum exemplar da medalha de ouro; e o que damos gravura é de prata de 916 milésimas, e pertence à coleção do Sr. Comendador Eduardo Ferreira Carmo.*»¹¹

A gravura publicada reproduz o desenho de uma moeda original de D. João IV.

1874 – Descrição Geral e Histórica das Moedas, Teixeira de Aragão (tomo I): «*NOTÍCIA SOBRE AS CASAS DE MOEDA PORTUGUEZAS – N’um gabinete sujo e acanhado, junto à entrada d’estas oficinas (casa da moeda na rua de S. Paulo, em Lisboa), existem, dispostos chronologicamente nas vitrines, a maior parte dos cunhos e ponções de moedas e medalhas abertas em Portugal desde o reinado de D. João V. Como excepção apenas se conserva de epocha anterior o cunho que D. Pedro II mandou reproduzir para a medalha da Conceição.*

O do portuguez em ouro de D. Manuel, de que existe uma prova na coleção numismática do mesmo estabelecimento, é obra moderna (5 exemplares cunhados em 1718 e outros tantos em 1723 e em 1837, nota n.º 2).» (p. 67)

= «A Antonio Ruitter, que dissemos a pag. 61 haver trazido de França um engenho para a cunhagem da moeda, se atribui a abrição dos cunhos para a medalha da Conceição; não achamos indício algum que o confirme; na medalha acha-se inscripto o anno de 1648, o despacho para se receber o engenho

¹⁰ FERNANDES, Manuel Bernardo Lopes - *Memória das medalhas e condecorações portuguesas...*, Lisboa: Academia Real das Ciências, 1861, pp. 13 e 28, estampa 5 n.º 15

¹¹ TORO, José B. Amaral do - *Diccionario da Numismática Portuguesa*, Porto: 1872, p. 39. A gravura mencionada é do tipo original joanino. Ver DIAS, Pedro Augusto – Catálogo da colleção de moedas e medalhas portuguezas e outras pertencentes a Eduardo Luiz Ferreira Carmo. Porto: 1877. Conceição n.º 357 (mod. e peso n/d).

*é de 3 de Dezembro de 1649, e por isso consideramos Ruiter o machinista que veio incumbido de assentar e ensinar a funcionar o engenho.»*¹²

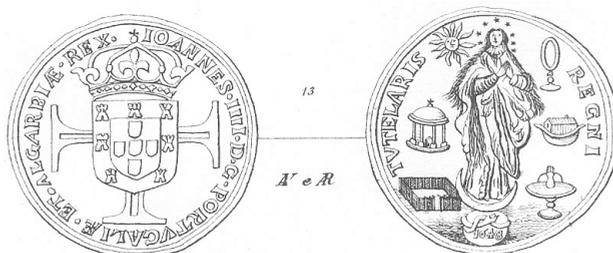


FIG. 4 - Desenho da moeda original da Conceição (bordadura dos castelos lisa), publicado em 1878 por Teixeira de Aragão

1878 – Descrição Geral e Histórica das Moedas, Teixeira de Aragão (tomo II): «D. JOÃO IV – As moedas com a imagem de Nossa Senhora da Conceição (estampa XXX, n.º 13), têm gravado 1648, ano em que foram abertos os ferros, pois só a 3 de Dezembro de 1649 o Conselho da Fazenda autorizou a Casa da Moeda a receber o engenho vindo de França, em que depois as cunhou. As moedas de ouro e prata com a dita imagem de Nossa Senhora da Conceição foram mandadas lavar, por ordem do Conselho da Fazenda, em 5 de Dezembro de 1650, dizendo: faça lavar logo as ditas moedas, na forma e maneira que já se lavraram, assim de ouro como de prata. Poucos deviam ser os exemplares cunhados neste ano de 1650; provavelmente alguns ensaios, distribuídos como medalhas; pois só a 9 de Outubro de 1651 se decretou o seu valor monetário, sendo 12\$000 réis para as de ouro e 600 réis para as de prata.»

= «D. PEDRO II – D. Pedro II mandou reproduzir como medalha, provavelmente pelo abridor Roque Francisco (nomeado em 1681), a moeda da Conceição, conservando-lhe o tipo do cunho primitivo, mas muito mais perfeito, o qual se acha arquivado na Casa da Moeda. Não existe a mais insignificante notícia desta reprodução se haver feito correr como dinheiro; mesmo a que se lavrou no reinado de D. João IV esteve pouco tempo em circulação: assim se deduz das leis posteriores que aumentaram o valor à moeda de prata, onde, citando-se todas as nacionais da fábrica antiga e nova, nenhuma alusão se faz às moedas da Conceição de ouro ou prata, o que nos convence haverem-se cunhado poucas e essas conservarem-se em poder de particulares como curiosidade ou devoção.»¹³

¹² ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de - *Descrição Geral e Histórica das Moedas...*, op cit, tomo I, Lisboa: 1974, p. 91

¹³ Idem, *ibidem*, tomo II, Lisboa: 1977, pp. 17 e 66, estampa XXX n.º 13

A gravura reproduzida na estampa XXX, n.º 13, mostra a moeda do tipo original joanino, muito embora o artista não tivesse reproduzido a haste superior da cruz de Cristo no segundo plano por debaixo da coroa, e todo o seu debuxo seja de má qualidade.

Este autor teve uma influência directa e negativa no aparecimento das falsas réplicas da Conceição com a era de 1650, ao afirmar que: «*Poucos deviam ser os exemplares cunhados neste ano de 1650; provavelmente alguns ensaios, distribuídos como medalhas*». A eles voltaremos em devido tempo.

Os cunhos referenciados, tanto por Lopes Fernandes, como por Teixeira de Aragão, permanecem no arquivo da casa da moeda de Lisboa, tendo sido inventariados em 1960, como segue:

1960 – Catálogo Geral dos Cunhos, Casa da Moeda de Lisboa:
«*MEDALHAS – Comemorativas da Consagração de N.ª S.ª da Conceição, como Padroeira de Portugal.*

N.º 1 – 1648. Cunho-reverso. TVTELARIS REGNI. Imagem de N.ª S.ª da Conceição sobre o globo, que tem a serpente enroscada e a data de 1648, e em cima a meia lua; à direita o sol, a casa de ouro e o horto, e à esquerda o espelho, a arca do santuário e a fonte selada. Lopes Fernandes n.º 15.

N.º 2 – S/data. Cunho-anverso. IOANNES • III • D • G • PORTUGALIAE • ET • ALGARBIAE • REX. Armas do reino assentes sobre a Cruz da ordem de Cristo. Lopes Fernandes n.º 15.

N.º 3 – S/data. Cunho-anverso. • PETRVS • II • D • G • PORTUGALIAE • ET • ALGARBIAE • REX. Armas do reino assentes na Cruz da ordem de Cristo»¹⁴

Tivemos a oportunidade de ver estes cunhos e não temos dúvidas que os cunhos 1 e 2 foram os utilizados nas recunhagens de 1890. Teremos ocasião de ver mais adiante que o cunho 2 (em nome de João IV), com a bordadura dos castelos estriada, terá sido aberto no reinado do rei Magnânimo, cerca de 1720; e que o cunho 3 (em nome de Pedro II), foi utilizado nas réplicas da Conceição fabricadas no reinado desse soberano. Quanto ao cunho 1, da imagem da Senhora, com a linha de fractura atravessando toda a parte inferior, permanece a dúvida: será o cunho original gravado em França, ou um novo cunho aberto já em Lisboa? A evidência numismática que apresentamos permite responder a essa questão, é de facto o cunho original de 1648.

De notar que o autor deste catálogo (Avelino Dias Peixoto, guarda do Museu Numismático Português, com quem ainda privei), colocou, na descrição tipográfica desse cunho 3, um ponto centrado antes e depois do nome do rei, • **PETRVS • II**, em vez de  **PETRVS** •  **II**, omitindo os quadrifólios com âmago, que aparecem

¹⁴ CASA DA MOEDA - *Catálogo Geral de Modelos, Punções, Matrizes, Cunhos, Galvanos e Clichés, que serviram ao fabrico de: moedas, medalhas, títulos, valores selados, fórmulas de franquia e outros trabalhos*, Lisboa: Casa da Moeda, 1960, p. 155. O seu autor foi o guarda do Museu Numismático, Avelino Dias Peixoto.

em todos os exemplares conhecidos deste soberano, para preencher os espaços vagos pela menor dimensão do seu nome, como veremos na segunda parte.

1897 – Coleção Numismática, Medalhas e Condecorações Portuguesas, Alexandre dos Santos Leitão. Uma das coleções de referência do século XIX, que deixou o registo de um ensaio de estanho bifacial de uma Conceição de João IV. Seria uma prova das recunhagens como medalha.¹⁵

1916 – Medalhas Portuguesas, Arthur Lamas: *«A respeito desta moeda (da Conceição) sabe-se o seguinte: os cunhos estão datados de 1648; a 3 de Dezembro de 1649, autorizou-se a Casa da moeda de Lisboa a receber um engenho, trazido de França por António Routier; no qual se supõe que ela se cunhou; na gravura de um ferro para a Imagem da Virgem gastaram-se três mil réis; por Aviso do Conselho da Fazenda, de 5 de Dezembro de 1650 mandaram-se cunhar alguns exemplares, de ouro e de prata, o maior número possível, depreendendo-se do referido Aviso que outros exemplares haviam sido anteriormente cunhados; e por Decreto de 9 de Outubro de 1651 ordenou-se que ela corresse como moeda, valendo cada exemplar de ouro, 12\$000 réis, e de prata 600 réis. Consta, além disto, que a cunhagem da mesma moeda se continuou durante os reinados de D. Afonso VI e de D. Pedro II, e que este ultimo mandou reformar os cunhos, provavelmente pelo abridor Roque Francisco.»*¹⁶

Nesta síntese, de admirável rigor e precisão, o autor consultou as obras e os autores atrás mencionados. A dedução de que alguns exemplares haviam sido anteriormente cunhados (ao Aviso de 1650), tem de ser enquadrada no processo de fabrico normal de uma oficina monetária, com as suas regras próprias, que incluíam a prévia aprovação pelo monarca e pelo conselho da fazenda, de amostras das várias espécies cunhadas de novo (ou seja, pela primeira vez). Um procedimento abundantemente documentado ao longo de séculos nos registos da casa da moeda de Lisboa.

Novamente, a pequena referência à reforma dos cunhos por D. Pedro II, só agora faz sentido: esses cunhos reformados existiram mesmo, do anverso e também do reverso, plasmados que ficaram numa medalha de prata da coleção António Pedro de Andrade, como veremos adiante. Mas os cunhos de aço reformados desapareceram, não são os que estão guardados no arquivo da Casa da Moeda.

1909 / 1927 – Os leilões da casa Jacques Schulman, de Amesterdão, e de Souza Braga, no Rio de Janeiro

São vários os exemplares da Conceição, originais, recunhagens e ensaios destas últimas, que foram aparecendo desde finais do século XIX nas grandes casas leilo-eiras europeias. Depois de vendidos, terão integrado coleções públicas e privadas,

¹⁵ LEITÃO, Alexandre José dos Santos - *Colleção Numismatica. Medalhas e condecorações portuguesas e estrangeiras referentes a Portugal*. Porto: Typographia Central, 1897

¹⁶ LAMAS, Arthur - *Medalhas portuguesas e estrangeiras referentes a Portugal, parte I: medalhas comemorativas*, Lisboa: na oficina de Adolpho de Mendonça, 1916, p. XVII

alguns teriam regressado à praça dez, vinte ou trinta anos mais tarde, em leilões da primeira metade do século XX, e novamente, passados outros tantos anos, regressado à praça, fazendo então parte dos catálogos publicados mais recentemente, das décadas de 1990 até à actualidade.

Dessa época de início do século XX, a mais importante firma leiloeira das grandes colecções numismáticas portuguesas e brasileiras, era a casa de **Jacques Schulman**, em Amesterdão, cujos catálogos são um imenso repositório de grandes e pequenas raridades e uma fonte documental da maior valia histórica. Na impossibilidade de consultarmos todos os catálogos dessa casa, aqui deixamos um breve resumo dos exemplares da Conceição encontrados nos catálogos que conseguimos consultar.¹⁷

1909, Março – Colecção Álvaro Araújo Ramos, **lote 308**, Conceição de 1648, prata, peso 31,5 g, soberba.

1910, Maio – Colecção Jules Meili, Parte I, Moedas: **lote 539**, Conceição de 1648, prata, dia. 41 mm, peso 31,5 g, soberba, da ex-colecção Álvaro Araújo Ramos, leilão de 1909 (lote 308). Voltou a aparecer em 1927, ilustrada, confirmando o que o seu peso já indicava, que se tratava de uma réplica de 1890 (ver abaixo); **lote 540**, Conceição de 1648, prata, peso 21 g, BC (ver na parte II o exemplar CO 4.01, com o mesmo peso).

1910, Maio – Colecção Jules Meili, Parte II, Medalhas: **lote 2765**, Conceição de 1648, bronze, dia. 40,5 mm, bela (este “bronze” é o cobre dos catálogos portugueses) ; **lote 2766**, Conceição de 1648, prata, dia. 40,5 mm, peso 28,3 g, MBC; **lote 2767**, Conceição de 1648, prata, fundida, dia. 40 mm, peso 26,6 g, quase BC

1912, Abril – Portugal e Brasil: **lote 538**, Conceição de 1648, prata, dia. 40 mm, peso 26,6 g, fundida, BC. Pela descrição e pelo estado, parece ser a mesma moeda do leilão Meili de 1910 (lote 2767), ou seja, uma moeda original, bem desgastada, cunhada sobre um disco fundido.

1921, Abril – Portugal e Brasil: **lote 357**, Conceição de 1648, prata, fundida, dia. 40 mm, peso 34,2 g, bela. Pelo peso se vê que não é a moeda original.

1927, Outubro – Colecção de um distinto amador português residente em Paris:

D. João IV, lote 52, Moeda da Conceição de 1648, dia. 41 mm, peso 31,4 g, soberba, da ex-colecção Álvaro Araújo Ramos da Bahia (lote 308), leilão de Março de 1909, e da ex-colecção de Jules Meili (lote 539, ver acima). A ilustração publicada mostra à evidência uma medalha das recunhagens de 1890,

¹⁷ SCHULMAN, Jacques – *Collection de Mr. Alvaro de Araujo Ramos, de Bahia*. 15 Março 1909; *Collection de Feu le Dr. Jules Meili à Zurich*. 23 Maio 1910. Parte I e II; *Portugal et Brèsil, catalogue 56*. Abril de 1912 ; *Portugal et Brèsil, catalogue 76*. Abril de 1921; *Catalogue d'une collection importante de médailles et jetons Portugais formée par un Amateur Portugais Distingué, résidant à Paris*. 31 Outubro 1927 ;

com bordadura dos castelos estriada e uma extensa linha de fractura do reverso (daí o seu estado soberbo e o seu avantajado peso); **lote 53**, Conceição de 1648, prata, fundição antiga, dia. 40,5 mm, peso 36 g, bela; **lote 54**, Conceição de 1648, bronze, dia. 40,5 mm, bela, ex-colecção Jules Meili (lote 2565, ver acima); **lote 55**, Conceição de 1648, bronze, dia. 40,5 mm, como o anterior mas MBC; **lote 56**, Conceição de 1648, uma variante ligeira, com a legenda terminada em REX•, prata, fundição antiga, dia. 40,5 mm, peso 27,6 mm, MBC. É a moeda da colecção Carlos Costa;

Conceição de 1650, lote 57, variante ligeira na gravura e nas armas, e legenda com REX sem ponto, prata, dia. 42 mm, peso 29,4 g, soberba. É a moeda da colecção Afonso Pinto de Magalhães. Nota do leiloeiro: «*D'après Aragão page 17 il n'y a été frappés que peu d'exemplaires avec la date 1650*» (“Segundo Aragão, p. 17, com esta data de 1650 foram cunhados poucos exemplares”), o que não corresponde ao texto de Aragão, já que este referia-se aos exemplares com a era de 1648, que foram cunhados pela primeira vez em 1650, em pouca quantidade.

D. Pedro II, lote 58, Conceição sem data, do tipo do lote 52 anterior (bordadura dos castelos estriada), legenda “PETRVS  II D • G • PORTVGALIÆ • ET • ALGARBIÆ • REX •”, prata, fundição antiga, dia. 40,5 mm, peso 21,3 g, bela ;

D. Pedro II, lote 59, Conceição de 1648, híbrida, anverso “PETRVS •  II • D • G • PORTVGALIÆ • ET • ALGARBIÆ • REX ”. Reverso da Conceição de D. João IV com a era de 1648, ensaio de estanho, dia. 44 mm, peso n/d, bela.

No catálogo da colecção numismática Souza Braga,¹⁸ aparecem duas referências com muita importância.

1906, Março – Espólio de Joaquim Gomes de Souza Braga:

D. João IV, lote 734, Conceição de 1648, prata, moeda original (anverso ilustrado), mod. e peso n/d, mas com gravuras bem gastas, com obliteração dos castelos da parte inferior do escudo. É o exemplar CO 1.03 da colecção do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro;

D. Pedro II, lote 976, Conceição 1648, prata, mod. e peso n/d, um exemplar perfeitamente igual ao de D. João IV, com mudança apenas do nome do reinante. Tem dois furos. É o exemplar CO 3.01 da colecção do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.

¹⁸ LOBO, Augusto de Souza – *Espólio de Joaquim Gomes de Souza Braga – Catálogo da colecção numismática pertencente ao mesmo espólio*. Rio de Janeiro: Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro, 1906

1948 – Catálogo das Moedas Portuguesas, Portugal Continental, 1640-1948, Ferraro Vaz. A moeda da Conceição de ouro com a era de 1648 é apresentada em desenho, J4.01, o qual mostra a bordadura dos castelos estriada e a legenda do anverso terminando em **REX**. (ou seja, o desenho reproduz uma medalha e não a moeda original).

O autor acrescentou a seguinte nota:

«Pesos e diâmetros:
 1648, da época – < 41 mm; 28,7 g
 1650, da época – 42 mm; 29,3 g
 1648, recunhagem – 41 mm; 33,7 g
 1648, medalha (1946) – 42 mm; 41,8 g»

É interessante a referência à “moeda de 1650, da época”, uma moderna falsificação que passou como moeda original desde que apareceu num leilão de Amesterdão, em 1927. Mais tarde, Batalha Reis irá repetir este quadro de pesos e medidas.

No seu *Livro das Moedas Portuguesas*, tomo II (Braga, 1970), os exemplares de prata vêm desenhados em J4.15 e J4.16 (este datado de 1650).

1948 / 1951 – Os leilões da casa Augusto Molder e o leilão Galiera, em Lisboa

Uma breve referência aos exemplares vendidos nos leilões da casa **Augusto Molder**, de 1948 a 1951, pouco interessantes, dada a falta de indicação metrológica e das características da gravura. O primeiro exemplar apareceu no leilão n.º 7-8, de Maio de 1948, lote 44 (módulo 40 mm), ficando por vender. Voltou à praça em Julho e em Outubro de 1949; outro exemplar, ou o mesmo ainda, foi vendido em Março de 1950 por 1.200\$00. Um segundo exemplar, em estado de Bela, atingiu o mesmo preço em Abril de 1950. No leilão de Março de 1950 foi também à praça um ensaio de cobre (módulo 43 mm, ou seja, uma prova das recunhagens de 1890), retirado nessa venda e nas seguintes, onde voltou a aparecer, de Abril e de Julho de 1950. Finalmente, um terceiro exemplar de 1648, módulo 41 mm e MBC, apareceu nos leilões de Maio, Novembro e Dezembro de 1950, voltando a figurar nas vendas de Janeiro de 1951, sem indicação de ter sido vendido.¹⁹

No grande e concorrido leilão da colecção do duque de Galiera, de Abril de 1949, foi leiloado um “ensaio de cobre da Conceição de 1648, à flor do cunho” (lote 430). Ou seja, pela sua flor se deduz que era uma prova das recunhagens de 1890, em disco de bronze (e não de cobre), tal como apareceram várias nos leilões em Amesterdão.²⁰

1956 – Preçário das Moedas Portuguesas, Batalha Reis: «MOEDAS

¹⁹ *A Moeda* - Publicação numismática da Casa A. Molder. Lisboa: 1948 a 1957

²⁰ *Moedas Portuguesas da colecção do duque de Galiera*. Lisboa: Almeida, Basto & Piombino, & C.ª, 1949.

DA CONCEIÇÃO – «Chamamos a atenção dos colecionadores para a recunhagem da Conceição efectuada no século XIX, cerca de 1890, por ocasião da visita da Rainha D. Amélia à Casa da Moeda, com os primitivos cunhos de 1648. Essa recunhagem deu lugar a que os cunhos se fendessem, sendo claramente visível a fenda dos cunhos nesses exemplares, do bordo junto à fonte, passando perto dos pés da Virgem até ao horto. Em 1946 nova recunhagem se fez, havendo-se introduzido no reverso um elemento novo: as datas de 1646 e 1946 entre os braços da Cruz. Eis suas características:

1648, módulo de 41 mm e peso 28,8

1650, módulo de 42 mm e peso 29,3

1890, módulo de 41 mm e peso 33,7

1946, módulo de 42 mm e peso 41,8

Estas características e outras minudências foram por nós notadas em 1946 ao escrevermos O Culto de Nossa Senhora da Conceição na Numismática, in Brotéria, vol. XLIII, 1946, de que se fez separata.»²¹

Pedro Batalha Reis (1906-1967) foi o primeiro conservador do Museu Numismático Português, cuja fundação a ele devemos, pelo que as informações que nos deixou são da maior credibilidade. No entanto, não podemos deixar de notar que o exemplar da Conceição de 1648 apresentado e fotografado nesta obra (n.º 28, depois repetido nas estampas do seu *Preçário das Moedas Portuguesas* e em todas as edições posteriores do autor, não é o original, mas uma recunhagem posterior, facilmente detectada pela bordadura dos castelos estriada.

É importante a catalogação que faz de dois exemplares de D. Pedro II, uma prova de cunho, de estanho, uniface do anverso (n.º 72, com a legenda  PETRVS •  II e bordadura dos castelos lisa), o outro de prata cunhado, sem data, (n.º 73, com a legenda PETRVS  II e bordadura dos castelos estriada). Exemplar semelhante a este último, mas não igual, encontra-se na colecção António Pedro de Andrade do Museu Histórico Nacional (ver o tipo inventariado CO 6.01)

Ao contrário de que Batalha Reis supôs, a evidência documental e numismática recolhida neste estudo aponta para a conclusão de que a recunhagem de 1890 não foi feita com o primitivo par cunhos de 1648. O cunho do anverso (escudo), muito desgastado, foi substituído por outro, aberto cerca de 1720 no reinado de D. João V, mantendo a legenda titular original de D. João IV, mas apresentando a novidade da representação das cores dos esmaltes heráldicos no escudo nacional: riscado na horizontal = azul das quinas; riscado no vertical = vermelho dos castelos.

²¹ REIS, Pedro Batalha - *Preçário das Moedas Portuguesas*, 2.ª ed., Porto: Livraria Fernando Machado, 1964, p. 64, nota de rodapé; estampa 68, n.ºs 28 e 29; p. 76, estampa 82, n.ºs 72 e 73 (são as estampas publicadas na sua *Cartilha da Numismática Portuguesa*, Lisboa: Bertrand Irmãos, 1946-1952).

A medalha comemorativa do 3.º centenário da Consagração de Portugal

No artigo publicado na revista *Brotéria* em 1946, no ano das comemorações do 3.º centenário da proclamação da Padroeira de Portugal, Batalha Reis dá-nos mais achegas para compreendermos a grande confusão que reinava acerca das moedas e das medalhas da Conceição, a propósito da cunhagem de uma medalha comemorativa desse evento:

1946 – O Culto de N.ª Sra. da Conceição na Numismática, Batalha Reis: (...) *Além dos cunhos que se fizeram para os espécimes que acabamos de descrever, outros se abriram em 1650, e que, sendo aparentemente iguais, divergem estruturalmente em muitos pormenores como o leitor curioso destas velharias poderia notar nas gravuras que ilustram estas linhas.*

Com efeito, além da data ser diferente, verifica-se que os exemplares de 1650 têm maior relêvo do que os datados de 1648, é mais perfeita a sua gravura, a faixa dos castelos é lisa e não estriada, os cabelos da Virgem incomparavelmente mais belos, assim como muitas outras minudências se podem ver na comparação dos diversos elementos que as constituem, nomeadamente na figuração da casa do ouro, no espelho, na arca e na fonte. O peso desses exemplares é de 29,3 gramas, e o diâmetro 42 mm. Prata de excelente toque.

Posteriormente, no século XIX, cêrca de 1890, efectuou-se uma recunhagem da Çonceição com os primitivos cunhos, do que tem resultado, por desconhecimento do facto, serem tomados êsses exemplares por espécimes originais de D. João IV, o que não é exacto. Oportunamente, nos ocuparemos de novo dêste assunto, esclarecendo-o técnicamente, como merece, a fim de que essas peças sejam julgadas na sua verdade, e não apenas na sua aparência.

Entretanto, diremos que é nossa convicção, de que foi precisamente nessa ocasião que o cunho do reverso se fendeu, como se verifica pela fotografia do exemplar de prata que reproduzimos na estampa, junta sob o n.º 2. Estes exemplares pesam 33,7 gramas e têm de diâmetro 41 mm.

Por último, importa falar na medalha que acaba de ser cunhada para comemorar o 3.º Centenário da proclamação de Nossa Senhora da Conceição para Padroeira do Reino de Portugal, e cujos cunhos procuram reproduzir fielmente os originais, apenas com a diferença de terem no anverso as datas de 1646 e 1946, indicativas da referida comemoração.

Dêstes exemplares, que são espécimes exclusivamente adstrictos à Medalhística, e pertencentes ao grupo – aliás, o mais importante, das «medalhas comemorativas» – fizeram-se três emissões: uma de ouro, outra de prata, e finalmente uma de cobre:

É para lastimar que, desejando-se, e muito bem, comemorar o 3.º Centenário da Padroeira do Reino com uma medalha, tivesse havido a inadvertência de se ha-

verem utilizado da gravura dos primitivos cunhos (como o curioso poderia certificar-se no disfarce que se procurou fazer da fenda, a que nos referimos, a propósito da recunhagem feita há meio século, assim como do defeito no B de Algarbiae, ou ainda da lomba que se vê na faixa dos castelos do lado direito, na altura do braço da cruz, e que se verificam simultâneamente nos exemplares que reproduzimos sob os n.º 2 e 3), quando bem melhor teria sido repetir a Conceição, mas com o dôbro do tamanho (80 mm) ou, pelo menos, com um diâmetro nunca inferior a 60 mm. Assim já não haveria o perigo (que existe!) de fãcilmente se adulterarem essas medalhas, para as fazer passar pelas primitivas, além de criar, dêsse modo, uma medalha, com sentido moderno, muito embora guardando todo o sabor arcaico do seu antigo modêlo, o que inegãvelmente lhe dava uma sumptuosidade pelo seu avantajado módulo, que elas infelizmente não têm.

Estas medalhas pesam: as de ouro, 80 gramas (?), as de prata, 41,8 gramas, e as de cobre 37,2 gramas. O diâmetro é de todas o mesmo: 42 mm. (...)»²²

Neste texto Batalha Reis diz-nos, de forma clara, que as moedas originais de 1648 tinham a bordadura dos castelos estriada e não lisa (erro fulcral na confusão entre moeda e medalha); aponta significativas diferenças nas gravuras do exemplar datado de 1650, sem se ter apercebido da sua modernidade; afirma que a recunhagem feita cerca de 1890 utilizou os cunhos primitivos de 1648 (outro erro fulcral); e, finalmente, ao falar da medalha comemorativa de 1946, confirma que as gravuras então abertas procuraram reproduzir fielmente as gravuras dos cunhos guardados na casa da moeda, ou seja, o cunho 2 do averso em nome de D. João IV tem a bordadura dos castelos estriada.

1959 – Guia da mais notável colecção de medalhas portuguesas. Guia da exposição que teve lugar em Lisboa, da colecção de Jerónimo Ferreira das Neves, considerada como a mais bela, extensa e valiosa colecção de medalhas reunida em Portugal. Nela encontramos uma enorme quantidade de peças leiloadas em Amesterdão, na casa de Jacques Schulman, ao longo das décadas precedentes. Numa das estampas vem ilustrada, segundo o autor, uma “moeda-medalha” da Conceição de 1648 (estampa VII, n.º 25), mas que é afinal uma moeda original, com bordadura dos castelos lisa e legenda com REX •. Um olhar atento permite observar várias mossas nos bordos e um risco sobre a Arca, defeitos coincidentes com os mesmos defeitos que apresenta o exemplar da colecção Carlos Marques da Costa (número CO 1.07, abaixo).²³

1991/2013 – Moedas Portuguesas, Alberto Gomes. Nas sucessivas edições daquele que viria a ser o catálogo de referência das moedas portuguesas e do território português antes da fundação da nacionalidade, figuram as seguintes fotografias de peças da Conceição:

²² Idem - O Culto de N. Sra. da Conceição na Numismática Portuguesa. *Revista Brotéria*, XLIII (1946), 619-624

²³ Idem - *Guia da mais notável colecção de medalhas portuguesas reunida em Portugal*. Lisboa: Almeida, Bastos e Piombino e C.ª, 1959

D. JOÃO IV – Moeda 105.01, era de 1648; moeda 105.02, era de 1650. Ensaios E1.01, estanho, uniface do reverso; E1.02, cobre, bifacial (recunhagem). Duvidosas, J4 01.01, prata, medalha com era de 1650, módulo 42 mm.

D. PEDRO II – Ensaios, E9.01, prata sem data, com esmaltes heráldicos, legenda **PETRVS**  **II**; E9.02, estanho, uniface do anverso, sem esmaltes heráldicos, legenda  **PETRVS** •  **II** ; e E9.03, estanho, bifacial. ²⁴

A conclusão mais interessante a retirar destes registos diz respeito aos “ensaio de estanho”, unifaces (o nome correcto seria “provas de cunho”). O ensaio do reverso E1.01, com a linha de fractura do cunho bem visível, será uma prova do cunho original de 1648, que poderia ter sido utilizado tanto com cunhos do anverso em nome de João IV, como em nome de Pedro II.

O aparecimento de uma nova prova de cunho bifacial, de estanho, destas duas gravuras (J4 E1.01+P2 E7.02), muito oportunamente recolhido para o museu da Sociedade Portuguesa de Numismática, é mais uma importante peça a juntar a este puzzle histórico. No reverso nota-se com muita clareza a grande linha de fractura do cunho, o que significa que essa prova bifacial foi tirada dos cunhos na casa da moeda cerca de 1890. Talvez seja o exemplar que foi vendido no leilão da casa Schulman, de Amesterdão, em Outubro de 1927, dito híbrido de Pedro II e João IV (lote 59).

Merece também uma referência o facto de Alberto Gomes ter catalogado duas peças de 1650, uma como genuína e outra como falsa, duvidosa, ou fantasia. De facto, são duas as peças de 1650 que existem, mas são ambas falsas. Alberto Gomes deu com elas em duas colecções diferentes no Porto, uma na antiga colecção do banqueiro Pinto de Magalhães (peso 29,4 g, proveniente do leilão Schulman de 1927, lote 57) e a outra provavelmente na colecção do Banco Português do Atlântico, tendo catalogado a primeira como verdadeira e a segunda como duvidosa. Muitos anos depois, o segundo exemplar foi leiloadado na Numisma, em Março de 2013 (peso 27,9 g, lote 812), juntamente com os duplicados da colecção do banco Millennium BCP, que integrou todas as antigas colecções de moedas e de medalhas dos extintos bancos do Porto, e do Banco de Angola. Voltaremos a estas falsas Conceição de 1650 mais adiante.

2006 – A Numismática Portuguesa Continental no Museu Histórico Nacional, Dulce Cardoso Ludorf e Rejane Lobo Vieira: *«D. JOÃO IV – Da moeda Conceição, existe na colecção do Museu Histórico Nacional um exemplar cunhado e outro fundido. A data 1648, que aparece nas peças, refere-se à abertura do cunho e não à cunhagem propriamente dita, que só se realizou em 1650, após a chegada da prensa monetária adquirida à França. O engenho, trazido por António Routier, não teve maior êxito do que a prensa de João Gonçalves, limitando-se apenas à cunhagem da moeda Conceição (...)*

²⁴ GOMES, Alberto – *Moedas Portuguesas*. Lisboa: edição do autor, 1987-2013. A última edição, da responsabilidade da Associação Numismática de Portugal, alterou profundamente a numeração das edições anteriores.

D. PEDRO II – Com o nome de D. Pedro II existe na coleção do Museu Histórico Nacional um exemplar da moeda Conceição muito semelhante ao exemplar fundido mencionado no reinado de D. João IV, com a diferença de ser o módulo maior e o disco mais leve, apresentando acima, ladeando a imagem de Nossa Senhora da Conceição, dois furos vedados. (...)

Comenta Aragão que: “D. Pedro II mandou reproduzir como medalha, provavelmente pelo abridor Roque Francisco, a moeda da Conceição, conservando-lhe o tipo do cunho primitivo, mas muito mais perfeito, o qual ainda se acha arquivado na casa da moeda (...)”.

*O exemplar do Museu Histórico Nacional não parece enquadrar-se entre os referidos por Aragão como obra de Roque Francisco. Trata-se de peça fundida, semelhante a outro exemplar de D. João IV, do qual tem a mesma data, 1648. Consta do catálogo inédito da coleção Guilherme Guinle, nº 1.324, cujo manuscrito se encontra no Departamento de Numismática do Museu Histórico Nacional. Sua descrição vem acompanhada da seguinte observação: “O presente exemplar procede da coleção Souza Braga, em cujo catálogo figura sob o nº 976”».*²⁵

De facto, são dois os exemplares da Conceição do acervo do MHN cuja proveniência pode ser traçada até ao espólio de Souza Braga: a moeda original de D. João IV (CO 1.03), e a venera-insígnia com os dois furos de D. Pedro II (CO 3.01), de que damos conta no inventário que segue.

²⁵ LUDORF, Dulce e VIEIRA, Rejane Lobo - *A Numismática Portuguesa Continental no Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2006, pp. 106 e 129-130. Guilherme Guinle (1882-1960) foi um dos maiores colecionadores de moedas brasileiras e portuguesas. Entre 1921 e 1925 doou ao Museu Histórico Nacional mais de 3.000 exemplares de ouro e prata e condecorações. Outro grande benemérito foi o comendador António Pedro de Andrade (Madeira 1839-Rio 1921), que doou a totalidade das suas colecções, biblioteca e mobiliário à Biblioteca Nacional do Brasil, mais tarde integradas no acervo da Museu Histórico Nacional. A sua doação foi contabilizada em 12.165 peças numismáticas.

TIPO CO 1 - MOEDAS ORIGINAIS DE PRATA DE D. JOÃO IV



CO 1.01 e 02 - Museu Numismático Português, Lisboa



CO 1.03 - Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro



CO 1.06 - Banco Millennium BCP, Porto

A GRAVURA ORIGINAL DAS MOEDAS DE PRATA DE D. JOÃO IV



TIPO CO 1 - MOEDAS ORIGINAIS DE PRATA DE D. JOÃO IV



CO 1.07 - Coleção Carlos Marques da Costa, BES, Lisboa



CO 1.08 - Leilão USB/2010, Genève, Suíça



CO 1.09 - Leilão Numista 86/2010, Lisboa



CO 1.11 - Leilão Westfalische 66/2013, Arnsberg, Alemanha

TIPO CO 2 E 3 - RÉPLICA DE UMA MOEDA DE D. PEDRO II



CO 2.02 - Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto



CO 3.01 - Museu Histórico nacional, Rio de Janeiro

TIPO CO 4 - MEDALHAS DE OFERTA DE D. JOÃO IV

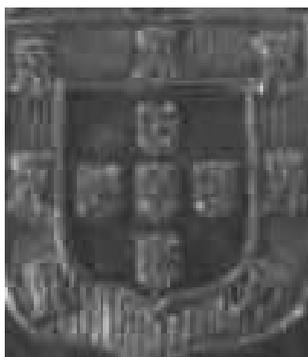


CO 4.01 - Leilão Kunker 131/2007, Osnabruck, Alemanha (peso 21g)

TIPO CO 5 - RÉPLICA FUNDIDA DE UMA MOEDA DE D. JOÃO IV



CO 5.01 - Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro



Escudos - Moeda original J4 - Medalha P2 - Recunhagem J4

TIPO CO 6 - MEDALHAS S/D DE D. PEDRO II. NOVO CUNHO



CO 6.01 - Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro (peso 15g)
A nova gravura da Senhora da Conceição, de Roque Francisco, de c. 1694 (à esq.)
em comparação com a gravura original de 1648



TIPO CO 7 - RECUNHAGENS DE D. JOÃO IV, ATÉ 1890



CO 7.02 - Museu Numismático Português, Lisboa (peso 38g)



CO 2.02 - Pormenor da grande linha de fractura do cunho, que atravessa toda a gravura do reverso, característica das recunhagens de 1890



CO 7.03 - Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro (peso 36g)

TIPO CO 8 - AS FALSAS CONCEIÇÃO DE 1650



CO 8.01 - Banco Millennium BCP, Porto



CO 8.02 - Leilão Numista 95/2013, Lisboa

TIPO CO 9 - MEDALHA COMEMORATIVA DE 1946



PARTE II – A CONCEIÇÃO: UM INVENTÁRIO COLECCIONISTA E UM ESTUDO NUMISMÁTICO

Para a elaboração deste estudo consultamos os museus nacionais e os maiores colecionadores portugueses, as principais firmas leiloeiras e os gabinetes de numismática das capitais europeias, além do grande acervo do Museu Histórico Nacional, do Rio de Janeiro (MHN). Pelas relações e catálogos publicados, sabemos que não existem moedas da Conceição nas grandes colecções de moedas portuguesas da Universidade de Leiden, na Holanda (hoje integrada na colecção nacional dos Países Baixos, no banco central em Amesterdão), nem na Biblioteca Nacional de Paris, em França, nem no Museu Britânico, em Londres.

Em Portugal, obtivemos informações dos exemplares nas colecções do Museu Numismático Português (moedas originais e medalhas recunhadas); no museu da Fundação da Casa de Bragança, em Vila Viçosa (medalha recunhada); no gabinete de numismática municipal do Porto (moeda original); na colecção Carlos Marques da Costa (original e recunhagem); e na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa (moeda original catalogada por Leite de Vasconcelos em 1911). Nesta última, fomos informados que todo o grande e antigo acervo numismático tinha sido transferido para o museu do Banco de Portugal em 2009, não estando, por isso, disponível para estudo. Consultado o museu do nosso banco central, não obtivemos qualquer colaboração.

Apresentamos também as descrições e fotografias das moedas e medalhas que apareceram à venda nos mais recentes leilões nacionais e internacionais, como é o caso da Numisma Leilões, referindo o seu peso e módulo, sempre que tenham ficado registados nos respectivos catálogos.

Crítérios da descrição numismática

A inventariação que se segue tem início pelos dois exemplares originais do Museu Numismático Português, que estiveram expostos em 1983 durante a 17.^a Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, quando foram fotografados e por mim estudados. No mesmo museu nacional da moeda portuguesa também existem, perfeitamente identificadas, duas recunhagens de 1890, que, em confronto e sintonia com os exemplares da Museu Histórico Nacional, do Rio de Janeiro, e com a prova de estanho da Sociedade Portuguesa de Numismática, do Porto, permitiram refazer a leitura sobre as moedas, as medalhas e as vengeras com a imagem da Conceição de Portugal.

A descrição numismática é apresentada uma única vez e de forma exaustiva para cada tipo, para se evitar repetições nos exemplares inventariados, nos quais apenas se indicarão as variantes, pesos e dimensões.

Para cada imagem indica-se o módulo, a espessura (quando conhecida) e o peso da peça em causa, além do metal de que é feita ou outras características mais significativas. A sua ilustração foi deliberadamente ampliada, para facilitar a observação

dos pormenores das gravuras e das legendas.

**Tipo CO 1 – A Conceição como Moeda: originais de prata de D. João IV.
Bordadura dos castelos lisa**

Anverso: IOANNES • IIII • D • G • PORTUGALIE • ET • ALGARBIÆ • REX • (*João IV pela graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves*), na orla circular, com os pontos intercalares e final da legenda centrados, dentro de uma cercadura dupla lisa canelada. Ao centro do campo, a cruz da Ordem de Cristo, de braços equilaterais e de formato filipino, carregada pelo escudo real coroado, prolongando-se até à orla superior sobre o braço superior da cruz, com a coroa fechada sem forro, de cinco arcos visíveis terminados em flores-de-lis, com diadema, as quinas e os castelos em campo liso

Reverso: TUTELARIS // REGNI (*Protectora do Reino*), nas orlas laterais. Ao centro do campo, a imagem da Senhora da Conceição, de corpo inteiro, envergando túnica pregueada e com as mãos postas em oração, a cabeça aureolada por sete estrelas (o número da vida e da iniciação mariana), os longos cabelos soltos nas costas, os pés poisados sobre uma meia-lua (símbolo da excelência da mulher) assente no mundo com a era de 1648, rodeado por uma serpente que dá um nó (a redenção do pecado original); e circundada lateralmente, no sentido dos ponteiros do relógio, pelas invocações da ladainha da Virgem: o Espelho de Justiça, ligeiramente inclinado à esquerda, com três botões; a Arca de Noé ou da Aliança; a Fonte selada dos enfermos, e o Jardim fechado ou Horto plantado, em fundo de terreno com ervas; o Templo sede de sabedoria ou Casa de Ouro; e o Sol, símbolo da divindade, cujos raios interrompem a cercadura exterior. Bordo liso, muito relevado.

Valor legal: 600 réis

Características intrínsecas médias: módulo entre 40 e 41 mm; espessura de 3 mm no bordo, e entre 3 e 4 mm ao centro; pesos entre 27 e 28,6 g (pesos muito inferiores desqualificam o exemplar como moeda original); prata de toque legal 916‰.

Principais características da gravura: campo limitado por cercadura dupla canelada. No anverso, as palavras da legenda estão separadas por pontos centrados na linha e a legenda termina com um ponto centrado na linha. Ao centro, as quinas e os castelos da bordadura repousam em campo liso. No reverso, o Sol interrompe a cercadura; no exergo, um campo com ervas. Acentuado desgaste pela circulação, nos pontos altos da gravura.

CO 1.01 – D. João IV, 1648. Moeda original. Museu Numismático Português, INCM, Lisboa: prata, cunhada, módulo 40 mm, peso 28,52 g. Inventário 9556

CO 1.02 – Como acima, MNP, colecção de D. Luís I: prata, fundida, módulo 40 mm, peso 28,20 g. Inventário 5164

Os dois exemplares têm pesos muito próximos do legal (28,68 g), apresentando um bordo alto, superior a 2 mm (existem exemplares com espessura do bordo superior a 3 mm). O reverso está muito bem conservado (um pouco de desgaste no nariz da Senhora) e bem cheio; e, no anverso (escudo), notam-se evidentes sinais de circulação.

A legenda do anverso é pontuada ao centro da linha; a haste superior da cruz de Cristo é perfeitamente visível por debaixo da coroa; o escudo real tem a base de formato joanino, arredondada com um ligeiro bico, as quinas e a bordadura dos castelos não apresentam os tracejados representativos dos esmaltes heráldicos. No reverso, a figura da Senhora é toda ela proporcionada; os raios do Sol atravessam a cercadura circular do campo; o Espelho, de formato oval com três botões de apoio, está ligeiramente inclinado à esquerda; o Horto, de formato rectangular com suas redes e as plantas no interior bem nítidas, desaparece por debaixo da meia-lua. Pormenores que fazem toda a diferença quando se estudam réplicas posteriores.

O exemplar da colecção de D. Luís I apresenta nítidos sinais de fundição no disco de prata, características que também se notam no outro exemplar, muito embora menos visíveis. É provável que o disco de prata tenha sido fundido e depois cunhado, sem ter sido laminado.

CO 1.03 – D. João IV, 1648. Moeda original. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, ex-leilão Joaquim Gomes de Souza Braga (lote 734): prata, módulo 41,6 mm, espessura do bordo 2,7 mm, espessura ao centro 3,04 mm, peso 27,90 g. Inventário N.º Património (SIGA) 183320

Neste exemplar nota-se o elevado grau de desgaste sofrido na circulação, com os castelos da metade inferior apagados. Mesmo assim, tem um peso muito próximo do legal, apenas perdeu 78 miligramas de metal. Sabe-se que o título da prata cunhada era de 11 dinheiros, ou seja, 916,6 milésimas, uma liga muito susceptível de desgaste pelo uso continuado.

A espessura do bordo de 2,7 mm é inferior à espessura do relevo das gravuras no centro da moeda, que varia entre 3 e 4 mm nos exemplares conhecidos, uma situação que indica claramente que estas moedas foram fabricadas com técnica de medalha e que na sua cunhagem não foi utilizada uma argola de contenção, ou virola, outra inovação da cunhagem mecânica que só seria introduzida em Portugal depois de 1678.

CO 1.04 – D. João IV, 1648. Moeda original (?). Gabinete de Numismática da Biblioteca Nacional (transferida para o Banco de Portugal em 2009): prata, módulo 41 mm, peso n/d. Inventário antigo n.º 355

Este exemplar foi inventariado em 1911 por José Leite de Vasconcelos (sob o n.º 355), que dele não deixou nenhum pormenor de gravura, ou de peso. Consta também do inventário das medalhas portuguesas do Gabinete Numismático da Biblioteca

Nacional, publicado em 1927 por Ernesto Ennes (sob o n.º 2)²⁶, mas ficamos sem saber se é moeda original ou uma recunhagem.

Em 2009 foi transferido para o Banco de Portugal, em conjunto com todo o espólio do antigo gabinete de numismática da Biblioteca nacional, ao abrigo de um protocolo assinado entre as duas instituições, conforme informação prestada pessoalmente ao autor pela actual directora da Biblioteca Nacional, Dra. Inês Pereira. O autor solicitou ao museu do Banco de Portugal informação sobre este exemplar, não tendo obtido resposta em tempo útil.

CO 1.05 – D. João IV, 1648. Moeda original. Gabinete de Numismática da Câmara Municipal do Porto, colecção João Allen: prata, módulo 41,2-41,5 mm, espessura do bordo 2,27 mm, espessura ao centro 3,5 mm, eixo 12 h, peso 28,20 g. Data apagada. Inventário 1978.A.0640

Exemplar muito antigo, proveniente da colecção de João Allen, que o terá adquirido para o seu museu entre 1835 e 1849, conforme consta na ficha da moeda. Apresenta um desgaste moderado nas superfícies relevadas (escudo, rosto e data, esta apagada. Perda de 48 mg peso de metal), bem como, evidencia sinais de imperfeições superficiais do tipo de fundição. A esse respeito, uma referência interessante (e importante) nessa ficha diz que: «*Moeda produzida por cunhagem mecânica, com engenho monetário. Atendendo à sua espessura, o disco metálico terá sido obtido talvez por moldagem, para posterior cunhagem mecânica dos motivos das duas faces, com engenho monetário*».

Este pormenor faz toda a diferença, quando se estudam vários exemplares e se descobre que, muitos deles, apresentam evidentes sinais de fundição no campo da moeda. Um pormenor que aparece claramente referenciado em vários catálogos dos leilões de J. Schulman como “coulée en argent” ou “argent, fonte ancienne” (fundida em prata, ou fundição antiga de prata).²⁷

A questão que se deve pôr então, é saber se são exemplares fundidos como réplicas de outros originais; ou, se são exemplares originais cunhados sobre discos moldados (fundidos e não laminados). Está neste caso, por exemplo, o exemplar CO 1.02 do Museu Numismático Português (inv. 5164)

CO 1.06 – D. João IV, 1648. Moeda original. Banco Millennium BCP, ex-col. Afonso Pinto de Magalhães, ex-col. União de Bancos Portugueses, ex-col. Banco Mello: prata, módulo 40 mm, peso n/d

Um excelente exemplo de uma intensa circulação como moeda, sem contudo perder os principais traços da gravura original joanina, quer no anverso quer no reverso.

²⁶ ENNES, Ernesto - *O Gabinete Numismático, II – Inventário das Medalhas Portuguesas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1927

²⁷ Veja-se, entre outros, os catálogos Meilli de 1910, parte II, medalhas, lote 2767; Portugal-Brasil de 1921, lote 357; de um Distinto Amador Português de Paris, de 1927, lotes 53, 56 e 58.

CO 1.07 – D. João IV, 1648. Moeda original. Banco Espírito Santo, Lisboa, colecção Carlos Marques da Costa, ex-colecção Jerónimo Ferreira das Neves, ex- leilão J Schulman de 1927 (lote 56): prata, módulo 40,1 mm, espessura do bordo 2,0 mm, peso 27,64 g

Exemplar em bom estado de conservação, com uma gravura cuidada e bem cheia, apesar de ter várias mossas no bordo e um risco sobre a Arca, defeitos esses que nos permitiram identificá-lo como o exemplar ilustrado na *Guia da mais Notável Colecção de Medalhas Portuguesas* (Batalha Reis, Lisboa, 1959), da colecção de Jerónimo Ferreira das Neves, que o adquiriu em Amesterdão no leilão de J. Schulman de 1927 (lote 56), onde consta ser “uma fundição antiga”, pelos sinais que o disco apresenta. Tem peso abaixo do que seria de esperar neste estado (perdeu cerca de 1 grama).

O excelente diapositivo que Alberto Gomes tirou e nos cedeu, há mais de quinze anos, permite que este exemplar seja utilizado como modelo, para a análise cuidada das gravuras originais de D. João IV, nos pormenores do escudo e da cruz de Cristo gravada sob a coroa; na pontuação a terminar a legenda; no Sol cortando a cercadura exterior; no Espelho inclinado com os três botões; no recorte da Serpente e da era gravada, num fundo de relva.

CO 1.08 – D. João IV, 1648. Moeda original. Leilão USB 84/2010 (lote 1331), Génève, Suíça: prata, módulo 40 mm, peso 27,99 g.

Exemplar muito desgastado no anverso, com vestígios de solda às 12:00 horas, que o leiloeiro não indica. Note-se, no entanto, que a perda de metal apenas reduziu o seu peso em cerca de 70 miligramas face ao peso legal.

CO 1.09 – D. João IV, 1648. Moeda original. Leilão Numisma 86/2010 (lote 58), Lisboa, colecção Elmano Costa, ex-col. Mário Rui, ex-col. Jorge de Brito, ex-col. Eduard Marius van der Niepoort: prata, mod. 41 mm, peso 28,11 g

Talvez seja este o exemplar catalogado na colecção numismática de Eduardo Luís Ferreira Carmo, do Porto, em 1877 (n.º 357). Muito bem conservada, apresenta uma perda de peso face ao legal de 57 miligramas. Gravuras nítidas e bem recortadas, cunhadas num disco com evidentes sinais superficiais de fundição.

CO 1.10 – D. João IV, 1648. Moeda original (?). Leilão Westfälische 66/2013 (lote 1390), Arnsberg, Alemanha: prata, mod. 41 mm, peso 24,62 g.

Apresenta um elevado grau de desgaste superficial e múltiplos pontos de corrosão, o que não justifica uma tão grande perda de peso face ao legal (mais de 3 gramas). As gravuras são as dos cunhos originais, sem a linha de fractura no reverso, pelo que o damos como moeda original, com algumas reticências. Poderá talvez ser uma recunhagem posterior a 1685-1688, quando a Conceição perdeu de facto o seu

estatuto monetário e passou a ser cunhada como medalha de oferta.

CO 1.11 – D. João IV, 1648. Moeda original. Leilão J. Schulman de 1912 (lote 538), ex-coleção Meili de 1910 (lote 2767), Amesterdão: prata, fundida, mod. 40 mm, peso 26,6 g, quase BC

Mais um exemplar dado como medalha “coulée en argent”, não ilustrado e que talvez seja uma moeda original bem desgastada, cunhada sobre um disco fundido. É bem um exemplo da confusão reinante entre moeda e medalha da Conceição.

Tipo CO 2 – A Conceição como Moeda: originais de prata de D. Pedro II. Bordadura dos castelos lisa

Não são conhecidos exemplares de prata que possam ser inventariados como moedas originais do tempo de D. Pedro II, com o cunho do anverso gravado em seu nome, bordadura dos castelos lisa e um peso correspondente ao valor legal anterior à reforma de 1688. Tudo o que existe são reflexos dessas moedas originais, com a seguinte descrição:

Anverso:  PETRVS •  II • D • G • PORTVGALIAE • ET • ALGARBIAE • REX  (*Pedro II pela graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves*), na orla circular, com três quadrifólios com âmago, que iniciam e terminam a legenda, com os pontos intercalares centrados, dentro de uma cercadura dupla lisa canelada. Ao centro do campo, a cruz da Ordem de Cristo, de braços equilaterais e de formato filipino, carregada pelo escudo real coroado, prolongando-se até à orla superior sobre o braço superior da cruz, com a coroa fechada sem forro, de cinco arcos visíveis terminados em flores-de-lis, com diadema, as quinas e os castelos em campo liso.

Reverso: TUTELARIS // REGNI (*Protectora do Reino*), nas orlas laterais. Ao centro do campo, a imagem da Senhora da Conceição, de corpo inteiro, com a mesma gravura das moedas de D. João IV, era de 1648.

Bordo liso, muito relevado.

Peso próximo do legal: 28,68 g

CO 2.01 – D. Pedro II, 1648. Moeda original. Prata, cunhada. Desconhecida

CO 2.02 – D. Pedro II, 1648. Prova de cunho bifacial. Leilão Permuta Inter-Associados da SPN, Dezembro 2013 (lote 314): estanho, cunhada, módulo do disco 43-44 mm, módulo da orla 41 mm, espessura do disco irregular, 4 mm no lado da parte inferior da cruz e 2 mm no lado oposto, peso 38,24g. Adquirida para o museu da Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto.

É bem possível que seja o mesmo exemplar leiloado em Amesterdão em Outubro de 1927 (lote 59), dado como híbrido, por ter o reverso da Conceição de 1648 de D. João IV. Outras provas idênticas de estanho são conhecidas, mas unificas (Gomes P2 E7.02 e J4 E1.01).

A questão não é esse hipotético hibridismo, mas sim o facto desse reverso apresentar uma linha de fractura muito extensa e visível, a qual tem sido identificada como marca das recunhagens de 1890. E de facto assim é, mas não só, como veremos mais adiante: -- desde o reinado de D. João V que a Conceição foi recunhada de forma sistemática e constante, como medalha de oferta dos reis de Portugal, com recurso a um novo cunho titular e de armas, em nome de D. João IV, mas com a bordadura dos castelos em campo estriado. O cunho original com a imagem da Senhora continuou a ser usado nessas recunhagens, tendo-se fendido na parte inferior da gravura, uma fenda que foi progressivamente ampliada ao longo dos anos, até aparecer bem visível nas últimas recunhagens de 1890.

Assim sendo, é bem possível que estas provas de estanho, unifaces ou bifaces, tenham sido tiradas na mesma ocasião, ou seja, cerca de 1890, testando os cunhos existentes na casa da moeda.

Tipo CO 3 – A Conceição como Venera: réplica de prata de uma moeda de D. Pedro II. Bordadura dos castelos em campo liso

Com a mesma descrição numismática do tipo anterior, mas como réplica fundida e com dois furos de suspensão, o próximo exemplar é verdadeiramente excepcional, pelo que nos revela em duas vertentes bem distintas: -- como imagem e reflexo de uma moeda original de prata cunhada em nome de D. Pedro II; -- e como uma réplica ou medalha que serviu de insígnia pendurada ao pescoço.

CO 3.01 – D. Pedro II, 1648 (era quase ilegível). Réplica fundida, com dois furos tapados ladeando a cabeça da imagem. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, colecção António Pedro de Andrade, ex-col. Guilherme Guinle, ex-col. Souza Braga: prata, fundida, módulo 41,8 mm, espessura ao centro 2,06 mm, peso 19,22 g. Inventário N.º Património (SIGA) 183827

Analisemos em primeiro lugar, as gravuras – Sendo uma réplica fundida, é como um fóssil geológico, que já nada conserva do ser original que lhe deu origem, mas dele retém uma impressão moldada na rocha que o envolveu. A fundição de metais comporta-se da mesma maneira, o molde conserva a impressão do modelo original, que transmite ao metal fundido, juntamente com o característico granulado da areia. Neste caso, a réplica revela duas gravuras rigorosamente iguais às das moedas da Conceição de D. João IV, mas com uma legenda titular em nome de D. Pedro II, cujo nome aparece ladeado por dois  quadrifólios com âmagos e um terceiro a terminar a legenda, para preencher os três espaços deixados vagos pela troca das letras IOANNES IIII (12 caracteres com espaço), pelas letras PETRVS II (9 caracteres com espaço). Revela também um cunho do anverso muito desgastado, com um nítido ressaltado na lateral esquerda do escudo.

Estamos perante uma moeda de prata em nome de D. Pedro II, até agora desconhecida, já que a gravura da imagem da Conceição é absolutamente idêntica à original. O cunho do anverso terá sido gravado com recurso a um punção reprodutor

do motivo central (escudo assente na cruz de Cristo), como era habitual em moeda, sendo depois acrescentada a nova legenda titular.

Este exemplar vem confirmar a cunhagem de moedas de prata da Conceição no reinado de D. Pedro II e em seu nome, moedas que circularam e que se desgastaram no uso até ao ano de 1685.

Em segundo lugar, os furos – Tem dois furos de suspensão, com a preocupação de não destruir a cabeça da Senhora, ou seja, foi utilizada suspensa de fita ou cordão pendurada ao peito, como uma venera de uma congregação religiosa. Um facto que foi descrito pelo padre Baptista de Castro em 1762: «*e nesta moeda se fazia a oferta de vinte e quatro mil reis no dia da festa da Conceição, em cujo dia trazem pendente ao pescoço os tres Officiais, que administrarão a casa da Senhora das tais moedas*».

O que nos permite sugerir que a data da factura desta réplica é posterior a 1694, uma vez que foi nesse ano que foi confirmada a confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, que administrava a casa da Senhora em Vila Viçosa, como nos conta Lopes Fernandes: «*continuando com a mesma devoção à Padroeira do Reino, o Senhor D. Pedro II em 1694 confirmou a confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, erecta na igreja de Vila Viçosa.*»

Em terceiro lugar, o peso – Com apenas 19,2 g de prata, muito longe dos 28,68 g legais em moeda cunhada, revela que no seu fabrico por fundição não houve preocupações monetárias, mas apenas de economia de escala: -- era para ser uma medalha, acabou como insígnia.

Estamos, assim, perante um dos elos que faltavam para completar a história nunca antes contada da Conceição, que além de moeda e de medalha, foi também venera religiosa.

Tipo CO 4 – A Conceição como Medalha de Oferta: originais de prata de D. João IV. Escudo com bordadura dos castelos em campo liso

O que distingue e separa o fabrico de uma moeda de curso legal, de uma medalha de oferta, ou evocativa, além do módulo, é sobretudo o seu peso.

CO 4.01 – D. João IV, 1648. Leilão J. Schulman da colecção Meili, 1910 (parte I, lote 540): prata, mod n/d, peso 21 g, BC.

Leilão Künker 131/2007 (lote 4375), Osnabrück, Alemanha: prata, módulo 41 mm, peso 21,22.

Este segundo exemplar, em excelente estado de conservação, a ter sido moeda teria que mostrar um peso correspondente ao legal na época (28,68 g). Pelo seu baixo peso se vê que não é moeda original do tempo de D. João IV, mas sim uma medalha de oferta, que foi fabricada com recurso aos dois cunhos originais, mas em data posterior não identificada. De notar que, à vista desarmada, a gravura do reverso não mostra qualquer sinal de fractura do cunho.

Tipo CO 5 – A Conceição como Medalha de Oferta: réplicas fundidas de D.

João IV. Bordadura dos castelos lisa

CO 5.01 – D. João IV, 1648. Réplica fundida. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, colecção António Pedro de Andrade, N.º Património (SIGA) 183319: prata, módulo 40,7 mm, esp. do bordo 2,7 mm, espessura ao centro 3,01 mm, peso 25,71 g

Companheira da medalha-venera anterior, este exemplar com aspecto poroso, fundido, é notável no sentido em que materializa a série das medalhas de oferta a que se referiu Lopes Fernandes em 1861, e que foi desconhecida por todos os autores e historiadores portugueses: «*Desde o tempo do Senhor D. João IV que os nossos Reis costumam oferecer umas medalhas em alguns dias festivos na capela Real (...) Na catedral da Sé de Lisboa se guardam vários exemplares de duas qualidades destas medalhas que servem nas ofertas (...) Umas de prata fundida, em tudo semelhante às medalhas de Nossa Senhora da Conceição do tempo de D. João IV (...)*»

A fundição revela que o modelo que serviu de molde era uma moeda original da Conceição de D. João IV, enquanto que na venera furada para servir de insígnia, o molde era uma moeda original de D. Pedro II.

A questão que se deve pôr, perante estes testemunhos numismáticos conservados no MHN, é o de saber se os nossos reis utilizavam medalhas da Conceição fundidas ou cunhadas, para as suas ofertas à capela da Senhora de Vila Viçosa, no dia 8 de Dezembro de cada ano. Uma primeira resposta aparece evidente: -- até 1685 terão sido utilizadas moedas originais, cunhadas em nome dos dois soberanos; -- posteriormente terão surgido as medalhas cunhadas, com sucessivas recunhagens, para as ofertas régias e as medalhas fundidas.

Tipo CO 6 – A Conceição como Medalha de Oferta: originais de prata de D. Pedro II. Bordadura dos castelos estriada

Este tipo, ilustrado e catalogado como único tanto em Batalha Reis, como em Alberto Gomes, mas do qual existem registos de, pelo menos, dois exemplares, muito embora variantes do anverso, revela-nos um par de cunhos totalmente diferente dos anteriores.

CO 6.01 – D. Pedro II, s/d. Medalha. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, colecção António Pedro de Andrade: prata, cunhada, módulo 41,1 mm, espessura no bordo 1,9 mm, espessura ao centro 2,05 mm, peso 15,39 g. Inventário N.º Património (SIGA) 212837

Anverso: PETRVS ☩ II • D • G • PORTVGALIÆ • ET • ALGARBIÆ • REX . (*Pedro II pela graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves*), na orla circular, com um quadrifólio com âmago intercalado, legenda com os pontos intercalares centrados, incluindo o ponto depois do numeral, e o ponto final na linha inferior. Ao centro do campo, uma nova composição de maior dimensão,

com o escudo real de base acentuadamente bicuda, bordadura dos castelos e quinas estriadas (esmaltes heráldicos vermelho e azul), espaço entre diadema e escudo também estriado.

Reverso: TUTELARIS // REGNI, nas orlas laterais. A imagem da Senhora com maior volume, toda a composição mal definida e adulterada nos pormenores, o Espelho, direito, sem os três botões de apoio; o globo sem a era. Bordo liso, menos relevado.

CO 6.02 – D. Pedro II, s/d. Medalha, variante de cunho de anverso. Leilão J. Schulman de Outubro de 1927 (lote 58): prata, fundição antiga, módulo 40,5 mm, peso 21,3 g, bela.

Anverso: PETRVS  II D • G • PORTVGALIE • ET • ALGARBIÆ • REX . (*Pedro II pela graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves*), na orla circular, como no exemplar anterior, mas sem o ponto intercalar depois do numeral II.

Reverso: Como no anterior

É o exemplar ilustrado em Gomes, P2 E7.01. A falta de pontuação depois do numeral parece ser coisa de pouca importância, mas não é bem assim, já que revela a abertura de dois cunhos distintos neste tipo de D. Pedro II, pelo mesmo gravador e na mesma época.

O peso destes dois exemplares de prata (15,4 e 21,3 g) indica claramente preocupações de economia de fabrico, o que o coloca na categoria de uma medalha, para oferta ou usufruto particular. O exemplar no acervo do MHN é claramente cunhado, ao passo que o exemplar leiloadado em 1927 é catalogado como uma fundição antiga. Além destas, a característica mais importante é não ter gravada a era no globo, e mostrar o campo estriado na bordadura dos castelos do escudo nacional, a par de toda uma gravura renovada em ambas as faces.

Trata-se, assim, de um par de cunhos completamente novo, em nome de D. Pedro II, muito diferente dos cunhos conservados no arquivo da Casa da Moeda. Talvez sejam estes os novos cunhos gravados por Roque Francisco, os quais, por razões que se desconhecem, não foram guardados, talvez tenham ficado na posse do gravador.

As recunhagens no reinado de D. Pedro II

Lopes Fernandes e Teixeira de Aragão escreveram, sem apresentar provas documentais, que a Conceição foi recunhada no reinado de D. Pedro II, com a legenda titular de D. João IV: «*No reinado de D. Pedro II se reproduziu esta moeda com as legendas do Sr. D. João IV*» No entanto: «*Na Casa da Moeda de Lisboa existem uns cunhos da Moeda da Conceição (...) com a legenda do nome do Sr. D. Pedro II*». Esta tese fez escola em todos os autores modernos, que associaram as recunhagens da Conceição como tendo sido feitas com a legenda titular de D. João IV, esquecendo o cunho em nome de D. Pedro II.

Os exemplares acima descritos, vena CO 3.01 e medalhas CO 6.01 e CO 6.02, em nome de D. Pedro II, vêm demonstrar outra ordem dos acontecimentos:

1 – as moedas originais da Conceição foram cunhadas nos reinados de D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II, até ao desgaste do respectivo cunho do anverso;

2 – no reinado de D. Pedro II foi gravado um novo cunho do anverso, em nome deste soberano, sem os riscados heráldicos no escudo, utilizado na continuação da produção destas moedas até ao ano de 1685, mantendo-se operacional o cunho original do reverso com a era de 1648 gravado em França;

3 – já perto do final desse reinado, novos cunhos do anverso e do reverso foram gravados em nome do soberano reinante, para a produção de medalhas de ofertas da Conceição, apresentando os esmaltes heráldicos no escudo nacional;

4 – a existência destes exemplares com legenda titular em nome de D. Pedro II (vena e medalhas) demonstra a impossibilidade de terem sido feitas outras recunhagens, no mesmo reinado, com legenda titular em nome de D. João IV;

5 – em conclusão, as recunhagens da Conceição com a legenda titular joanina original, bordadura de castelos estriada e era de 1648, são posteriores e terão sido executadas já no reinado de D. João V.

Os esmaltes heráldicos na numária portuguesa do século XVIII

Segundo Teixeira de Aragão, o gravador Roque Francisco foi nomeado abridor da casa da moeda em 1681, teve acrescentamento de ordenado em 1725, em 1740 ainda estava activo e faleceu em 1745. Foi um dos responsáveis pelo melhoramento da qualidade da moeda de cobre do reinado de D. João V, tendo também sido associado aos novos cunhos para a Conceição.²⁸



FIG. 5 e 6 – *Desenhos das primeiras moedas portuguesas de cobre e de ouro, do reinado de D. João V, com a inovação dos esmaltes heráldicos no escudo nacional*

Nunca vimos referido por nenhum autor este importante pormenor da alteração heráldica das armas nacionais em moeda, com a introdução dos riscados dos esmaltes, cuja representação em moeda nacional está associada ao início da cunhagem mecânica em Portugal (desde 1678), com recurso a balancés de parafuso e virola de contenção, para gravação da serrilha e do cordão ornamental no bordo das moedas.

²⁸ ARAGÃO, Teixeira de. *Descrição Geral e Histórica...*, op. cit, tomo I, p. 73

A representação do campo vermelho da bordadura dos castelos (riscado vertical) e do campo azul das quinas (riscado horizontal), aparece primeiramente em moeda de ouro na série dos escudos joaninos de 1722 e na nova moeda de cobre de D. João V de 1723, continuando ausente nos cruzados de prata até 1778.

Assim sendo, o cunho do anverso da Conceição com a legenda titular joanina, conservado no arquivo da casa da moeda de Lisboa e utilizado em várias recunhagens até 1890, teria sido gravado no reinado de D. João V e em data próxima a 1722.

Tipo CO 7 – A Conceição como Medalha em nome de D. João IV: recunhagens até 1890. Bordadura dos castelos estriada

Anverso: IOANNES . IIII . D . G . PORTUGALIE . ET . ALGARBIÆ . REX . (*João IV pela graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves*), na orla circular, com os pontos intercalares e final da legenda na linha inferior, limitada por cercadura de meia cana relevada. Ao centro do campo, a cruz da Ordem de Cristo, carregada pelo escudo real coroado, com as quinas e os castelos em campo estriado.

Reverso: TUTELARIS // REGNI (*Protectora do Reino*), nas orlas laterais. Ao centro do campo, a imagem da Senhora da Conceição, de corpo inteiro, circundada lateralmente, no sentido dos ponteiros do relógio, pelas invocações da ladainha da Virgem: o Espelho, já sem o aro lateral esquerdo e com um botão apenas; a Arca de Noé; a Fonte e o Horto plantado, em fundo de terreno com ervas; o Templo e o Sol, cujos raios não interrompem a cercadura exterior. Atravessando toda a gravura, da direita para a esquerda, sobre a Fonte, Lua e Horto, uma linha de fractura do cunho.

Bordo liso.

Características intrínsecas médias: módulo entre 40 e 41 mm; espessura de 3 mm no bordo e 4 mm ao centro; pesos entre 31 e 39 g, existindo exemplares cunhados e outros fundidos. Ao maior peso deve corresponder a menor antiguidade.

Principais características da gravura: campo limitado por um bordo de meia cana, sem cercaduras. No anverso, as palavras da legenda estão separadas por pontos na linha inferior, terminando do mesmo modo. Ao centro, as quinas e os castelos da bordadura repousam em campo estriado. No reverso, os raios do Sol não tocam o bordo; o Espelho perdeu o aro esquerdo e dois pontos; a linha de fractura é claramente visível nos exemplares de 1890. Estado de conservação soberbo.

CO 7.01 – D. João IV, era de 1648. Medalha, c. 1890. Museu Numismático Português, INCM, Lisboa: prata, fundida, módulo 40 mm, peso 37,0 g. Inventário 13569

Um exemplar semelhante, fundido, com 36 g de peso foi vendido em 1927 em Amesterdão (ver CO 7.09 c).

CO 7.02 – Como acima, MNP, Lisboa: prata, cunhada, módulo 40 mm, peso 38,65 g. Inventário 13570

Estes dois exemplares figuram no respectivo catálogo das moedas do Museu Numismático Português, a par dos dois exemplares da moeda original.²⁹ Os números de inventário que lhes foram atribuídos, e que são registados por ordem cronológica de entrada no respectivo livro de inventário,³⁰ situam claramente a sua entrega no reinado de D. Carlos. Ou seja, estamos perante as famosas recunhagens de 1890, a que Batalha Reis alude, não existindo registos de entradas de medalhas anteriores. O exemplar CO 7.01, fundido, contrasta claramente com a limpeza da cunhagem do segundo.

As ilustrações que agora se publicam permitem uma observação mais atenta das características destas recunhagens. No anverso, a bordadura dos castelos estriada e o ponto terminal da legenda titular na parte inferior da linha; e, na metade inferior do reverso, a grande linha de fractura do cunho.

No conjunto, salienta-se o grande peso nos exemplares mais modernos, que tem a ver com o bom enchimento dos cunhos, numa época em que as máquinas de cunhar já não eram balancés de parafuso, mas prensas a vapor de rótula, outra invenção alemã; e o bordo mais uniforme do que nas moedas originais, resultado do uso de uma argola de contenção na estampagem, ou virola inteira.

CO 7.03 – D. João IV, era de 1648. Medalha, c. 1890. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, colecção António Pedro de Andrade: prata, cunhada, módulo 40,7 mm, espessura no bordo 2,7 mm, espessura ao centro 4,05 mm, peso 35,90 g. Inventário N.º Património (SIGA) 212835

CO 7.04 – D. João IV, era de 1648. Provas de cunho. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, colecção António Pedro de Andrade: estanho ou chumbo, cunhadas, unifaces, módulo 41 mm, peso do conjunto 18,79 g. Inventário N.º Património (SIGA) 212836

Mais uma vez, a colecção Andrade do MHN revela-nos um magnífico exemplar, desta vez das controversas recunhagens de 1890, as quais apresentam a característica marca na gravura do reverso: -- uma longa linha de fractura do cunho, que se prolonga de um bordo ao outro, sobre o horto, a meia-lua e a fonte, claramente visível neste exemplar.

Vem acompanhado por duas provas uniface de cunho, em chumbo (?) ou talvez em estanho, depois coladas, que nos revelam o pormenor da gravura antes do início desta estampagem de 1890, como ainda hoje é hábito praticar no fabrico de medalhas, para verificação da qualidade da gravura dos cunhos.

Mas neste exemplar surge um pormenor de grande valor documental, comprovado

²⁹ AMARAL, C. M. Almeida do - *Catálogo descritivo das moedas portuguesas – Museu Numismático Português*, tomo II, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 25-26 (descrição) e p. 70 (fotografias).

³⁰ CASA DA MOEDA - *Livro de Inventário de Moedas e Medalhas*. Manuscrito iniciado em 1872, regista todas as espécies em depósito no antigo Gabinete de Numismática, numeradas por ordem cronológica de entrada.

com um olhar atento para a gravura do reverso: -- a prova de chumbo apresenta claros indícios da existência de uma fractura no cunho, ainda pouco perceptível e de pequena extensão, localizada exactamente no mesmo sítio, sobre o bordo da fonte, pelos pés da Virgem até ao horto. Uma linha de fractura que se terá acentuado com as recunhagens de 1890, mas que já existia anteriormente.

Ou seja, o novo cunho do anverso da Conceição com a legenda titular em nome de D. João IV, gravado no reinado de D. João V com a bordadura dos castelos estriada, apresenta evidências de ter sido utilizado em várias recunhagens ao longo dos tempos. Uma dessas recunhagens aparece desenhada em 1857 na obra de Lopes Fernandes sobre as moedas portuguesas.

CO 7.05 – D. João IV, era de 1648. Medalha, c. 1890. Fundação da Casa de Bragança, Vila Viçosa, colecção de medalhas de D. Luís I, Vila Viçosa: prata, cunhada, módulo 40 mm, espessura do bordo 3 mm, peso 37 g. Inventário n.º 8

A história recente desta colecção é mal conhecida, para além do testemunho que nos deixou Teixeira de Aragão em 1874. Sabe-se que foi “nacionalizada” em 1911, deu entrada no Museu Numismático Português e, com Oliveira Salazar, voltou à posse da Fundação da Casa de Bragança, encontrando-se actualmente em Vila Viçosa. Existe um catálogo dactilografado desta grande e bonita colecção de medalhas portuguesas e estrangeiras.

CO 7.06 – D. João IV, era de 1648. Medalha, c. 1890. Banco Espírito Santo, colecção Carlos Marques da Costa, Lisboa: prata, módulo e peso n/d. Catálogo n.º 105.01

Dos dois exemplares existentes nesta colecção, uma moeda original e uma medalha, os catalogadores seleccionaram, para o livro editada pelo BES em 2008, a recunhagem de 1890, que apresentaram como sendo uma moeda original do reinado de D. João IV.³¹

CO 7.07 – D. João IV, era de 1648. Medalha, c. 1890. Banco de Portugal, Lisboa: prata, módulo e peso n/d.

O exemplar em exposição no museu do BdP, como sendo uma moeda original de D. João IV, é uma recunhagem moderna, sendo visível no reverso a longa linha de fractura do cunho.

CO 7.08 – D. João IV, era de 1648. Medalha, c. 1890. Leilão Numisma 86/2010 (lote 525), colecção Elmano Costa, Lisboa: prata, módulo 41 mm, peso n/d.

Há que referir a responsabilidade que recai sobre os leiloeiros, ao não publicarem

³¹ *Colecção Banco Espírito Santo – Colecção Carlos Marques da Costa*. Lisboa: BES, 2008, p. 93

as características físicas das moedas e medalhas que vendem, um facto que prejudica o desenvolvimento de muitos estudos numismáticos.

CO 7.09 – D. João IV, era de 1648. Medalha, recunhagens. Exemplares dos leilões J. Schulman, de Amesterdão, de 1909 a 1927.

a. Prata, mod. 41 mm, peso 31,5 g (col. Álvaro Araújo Ramos, 1909, lote 308; col. Meili, 1910, lote 539; Outubro 1927, lote 52).

b. Prata, mod. 40 mm, peso 34,2 g (Abril 1921, lote 357).

c. Prata, fundição antiga, mod. 40,5 mm, peso 36 g (Outubro 1927, lote 53).

d. Bronze, mod. 40,5 mm (em vários catálogos. Recunhagens de 1890)

Os dois últimos exemplares não foram ilustrados nesses catálogos, mas o seu elevado peso coloca-os na categoria das recunhagens do século XVIII e XIX, a par do primeiro exemplar, de todos o mais antigo das recunhagens com a bordadura dos castelos estriada, iniciada no reinado de D. João V, por ter um peso mais reduzido.

Tipo CO 8 – A falsa Conceição de 1650: uma réplica moderna

Quanto ao exemplar com era de 1650 (Cartilha e Preçário, n.º 29), da ex-colecção do banqueiro Afonso Pinto de Magalhães do Porto, posteriormente integrada na ex-colecção do Banco Mello, e actual colecção do Banco Millennium/BCP, é nitidamente de fábrica moderna, nada tem a ver com os exemplares originais. Um primeiro exemplar foi leiloadado em Amesterdão, em Outubro de 1927 (lote 57, peso 29,4 g). Um segundo exemplar apareceu nas colecções do Millennium BCP, certamente vindo dos acervos do Banco Português do Atlântico ou do Fonseca e Burnay, tendo sido leiloadado em Lisboa em Março de 2013

CO 8.01 – D. João IV, era de 1650. Falsa réplica moderna, finais do séc. XIX, casa da moeda de Paris (?). Banco Millennium BCP, ex-leilão Jacques Schulman de 31 de Outubro de 1927 (Amesterdão, lote 57), ex-colecção Afonso Pinto de Magalhães, ex-col. Banco Mello, Porto: prata, cunhada, módulo 42,6 mm, peso 29,34 g. Catálogo Banco Mello n.º 125.³²

Este exemplar permanece nas colecções do banco.

CO 8.02 – D. João IV, era de 1650. Falsa réplica moderna, finais do séc. XIX, casa da moeda de Paris (?). Leilão Numisma 95/2013 (lote 812), das colecções do Banco Millennium BCP, Porto: prata, cunhada, módulo 42 mm, peso 27,95 g.

Refira-se que esta falsa Conceição de 1650 acabaria por ser retirada do leilão.

³² FARIA, Miguel Figueira de – *Colecção numismática do Banco Mello: história e património*, Porto: Banco Mello, 1997. Este exemplar apareceu pela primeira no leilão Schulman de Outubro de 1927, em Amesterdão (lote 58), integrado numa das mais notáveis colecções portuguesas de medalhas de finais do século XIX, formada por um “Amateur Portugais Distingué” (distinto coleccionador português), residente em Paris.

Uma justificação necessária

No primeiro número de 2009, a revista *Moeda* publicou um conjunto de textos sobre a moeda/medalha da Conceição de 1648, nos quais colaborei com a apresentação de um primeiro inventário colecionista e museológico, onde se dava conta dos exemplares conhecidos e das suas principais características. Era também conhecida a existência de um exemplar datado de 1650 na antiga colecção do banqueiro Pinto de Magalhães, hoje colecção do Banco Millennium BCP, no Porto.

Não tivemos então a oportunidade de estudar esse exemplar, do qual foi publicada na revista uma ilustração antiga e de má qualidade. O texto que a acompanhava dizia o seguinte: *«É o único exemplar conhecido com era de 1650. Tem um módulo diferente do normal (40-41 mm) e um peso muito superior ao legal. Talvez por isso as gravuras denotem um enchimento melhor; particularmente nos castelos e nas quinas do escudo. Não é crível que tenha sido cunhado para servir como moeda. Será talvez uma das medalhas mandadas cunhar em Dezembro de 1650, antes de terem curso legal em Outubro de 1651.»*³³

Damos por não dito tudo o que acima transcrevemos, que lamentamos por não corresponder à realidade dos factos, pelo qual pedimos desculpa.

Anos depois tivemos a oportunidade de estudar melhor este primeiro exemplar, e o segundo, de que desconhecíamos a existência, e ficamos estarecidos com o que vimos: a Conceição de 1650 mais não é do que uma réplica moderna, estampada segundo os modernos preceitos da gravura e fabrico de medalhas, muito ao género das réplicas feitas em 1890 e em 1946. Contudo, esta apareceu num leilão Schulman de Outubro de 1927, daquela que foi sem dúvida a maior e mais completa colecção de medalhas portuguesas de que há memória escrita, a colecção de “Um Distinto Amador Português Residente em Paris”.

Fabricada em Lisboa ou em Paris?

Onde terá sido fabricada? É aqui que o estudo industrial da casa da moeda de Lisboa, que publicamos no nosso livro sobre a história do Escudo Português, se revela de grande utilidade. A falsa Conceição de 1650 revela uma gravura seca, uniformemente perfeita, plasmada de cunhos requintadamente maquinados, que não podiam ter sido obra feita em Lisboa, por duas razões simples: a primeira, porque a sua produção deixaria um rasto documental e já teria sido detectada; a segunda e mais importante, porque a casa da moeda de Lisboa só teve a sua primeira máquina moderna de redução de cunhos, o pantógrafo tridimensional Victor Janvier, em 1912, donde saíram os cunhos de todas as primeiras moedas republicanas.

Mas em Paris, tudo era possível mandar fazer e, de facto, era em Paris que desde finais do século XIX se mandavam abrir os cunhos para moedas e para medalhas, tais como os das moedas comemorativas do Marquês de Pombal e da Guerra Peninsular,

³³ TRIGUEIROS, António M – A Conceição, um inventário colecionista e museológico. *Moeda, Revista Portuguesa de Numismática*. 34, 1 (2009) 27-36.

de 1910, ou os cunhos das medalhas comemorativas de Almeida Garrett em 1899, e os da Guerra Peninsular, em 1910, cunhos esses reduzidos mecanicamente de desenhos ou de esculturas, nos grandes pantógrafos Janvier.³⁴

Apesar de não existir qualquer prova documental, a observação atenta das gravuras maquinadas das falsas Conceição de 1650, em sintonia com o conhecimento do estado de evolução instrumental da indústria da moeda nos finais do século XIX, permite-nos uma conclusão: -- as réplicas de 1650 terão sido cunhadas em Paris, se não mesmo na sua casa da moeda, eventualmente, por encomenda de um colecionador português, talvez o mesmo “distinto amator residente em Paris” do leilão de 1927, obcecado com a ideia de não ter na sua coleção um desses raros ensaios de 1650, de que falava Teixeira de Aragão...

Como foi possível que esta réplica moderna tenha sido considerada como uma moeda original de 1650? Como foi possível que ninguém tenha dado pelo engano? Como foi possível catalogar uma como duvidosa e a outra, igual, como boa?

O primeiro exemplar CO 8.01 tem um módulo e um peso muito superior aos originais, toda ele revela um perfeito enchimento dos cunhos, ou seja, revela o recurso a poderosas máquinas de estampar medalhas. Não denota o mais pequeno desgaste nos pontos altos do relevo, coroa, castelos e quinas do escudo, ou na cabeça e no panejamento da imagem, toda ela está artificialmente patinada. O segundo exemplar apresenta umas mossas fingidas no bordo, uma gravura algo puída, para lhe dar antiguidade. Mas os dois exemplares provêm do mesmo par de cunhos.

A cópia é fiel e de grande qualidade. No entanto, alguns pormenores da nova gravura destoam do original: -- a legenda titular termina sem qualquer ponto; o espelho está direito; o sol não intercepta a cercadura exterior, o relvado inferior não existe, substituído por uma espécie de calçada; o Horto não desaparece por debaixo do globo; os algarismos da era não correspondem ao desenho da época; as letras da legenda são mais grossas, etc.

Podemos concluir que não existiu nunca nenhuma moeda da Conceição com a era em que foi autorizada a sua cunhagem (1650), o cunho original foi gravado em França em 1648 e todas as réplicas e reproduções feitas posteriormente respeitaram essa data, muito à custa de um grande desgaste do cunho original.

Tipo CO 9 – A Conceição de 1946: medalha comemorativa

Com novos cunhos gravados pelos que se guardam na casa da moeda, e posteriormente retocados para se apagar os defeitos e adicionar as datas evocativas 1646 – 1946, ladeando os braços da cruz.

Apesar desses cuidados, as medalhas estampadas evidenciam alguns pormenores do desgaste dos cunhos originais com a imagem da Senhora da Conceição, pelo polimento da mesa do cunho, sendo que o mais visível é o Espelho, que já não apresenta o aro esquerdo e os dois botões correspondentes.

CO 9.01 a 03 – D. João IV, era de 1648. Medalha comemorativa, 1646//1946.

³⁴ Idem, *A Grande História do Escudo Português*, Lisboa: Coleções Philae, 2003 (2004), p. 71

Estampada na casa da moeda de Lisboa: módulo 42 mm. Ouro, peso 69,68 g; prata, peso 40,43 g; bronze, peso 37,2 g

Refira-se que estas medalhas de 1946 são ainda hoje muito apreciadas pelos colecionadores e que nunca houve conhecimento de que qualquer uma delas tenha sido adulterada para se fazer passar por moeda.

Tipo CO 10 – A Conceição de 1996: moeda comemorativa

Em 1996, para comemorar os 350 anos da proclamação régia da Senhora de Vila Viçosa como Padroeira de Portugal, o governo da República Portuguesa emitiu uma moeda comemorativa corrente de 1000 escudos, de prata, com as mesmas características dos “reales de A ocho” que inspiraram as amoedações joaninas.

CO 10.01 – Moeda comemorativa, 1996. Prata, cunhada, módulo 40 mm, peso 28 g. Escultor Helder Batista. Amoedação de 620.000 ex. correntes (prata 500%) e 12.260 ex. de cunhagem “proof” (prata 925%)

Parte III – Conclusões: as diferentes épocas da Conceição

De tudo o que ficou dito e, sobretudo, ilustrado, fica claro que a tradição de honrar a memória da Senhora da Conceição, Padroeira de Portugal, com a reprodução de medalhas evocativas da grande moeda joanina, quer por cunhagem, quer por cópia por fundição, prolongou-se pelo reinado dos filhos do rei Restaurador, e também pelos reinados seguintes.

Lopes Fernandes transcreve parte do preâmbulo da lei que regulamentou em 1819 a Ordem Militar da Conceição, na qual se faz uma longa referência à devoção mariana pelos reis de Portugal: «o Senhor D. João V, por Carta Régia de 12 de Novembro de 1717, mandou celebrar a mesma festividade (da Conceição) com toda a pompa; e a Rainha a Senhora D. Maria I em 1751 se alistou na mesma confraria dos Escravos da Conceição, havendo-se igualmente alistado na mesma o Senhor D. João VI, então Príncipe, no ano de 1769».³⁵ Seriam em ocasiões festivas como essas, que as reproduções seriam mandadas executar, como medalhas de oferta, sendo também usadas como veneras pendentes ao peito.

A data da carta régia de 1717, acima indicada, é interessante também na medida em que, nessa mesma época, Lopes Fernandes e Teixeira de Aragão também falam da reprodução que então se fez (em 1718) de outra rara moeda, o *português de ouro* manuelino: «mas pela forma dos tipos se conhece que foram cunhadas nos tempos dos Senhores D. Pedro II, ou D. João V, existindo ainda estes cunhos na casa da moeda de Lisboa, onde não se encontram outros cunhos anteriores a estes

³⁵ FERNANDES, Manuel Bernardo Lopes - *Memória das medalhas e condecorações portuguesas...*, op. cit, p.14. O original dos estatutos da Ordem Militar vem publicada na Coleção da Legislação Portuguesa, ou no Código Brasiliense, a 19 de Setembro de 1819.

reinados». ³⁶ De facto, além dos cunhos existem provas de ouro, cuja semelhança com a gravura das réplicas da Conceição é importante notar.

A história que os exemplares ilustrados nos contam é, assim, bem diferente daquela que Lopes Fernandes, Teixeira de Aragão e Batalha Reis nos transmitiram: -- a recunhagem da Conceição com o cunho titular em nome de D. João IV, só terá acontecido no reinado de D. João V, em época próxima à determinação de 1717 e da grande reforma numismática de 1722-23, quando as moedas começam pela primeira vez a representar os esmaltes heráldicos no escudo das armas nacionais.

O primeiro desenho desse novo tipo da Conceição-medalha foi publicado em 1857, por Lopes Fernandes, enquanto que o primeiro desenho da moeda original veio à estampa em 1655, na obra de Severim de Faria.

A estima e a devoção dos reis de Portugal eram tal que, em honra da Padroeira, D. João VI criou em 1818, no Brasil, a Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, no dia da sua sagração. Não surpreende, assim, que a rainha D. Amélia tenha querido continuar com essa tradição, cerca de 1890, quando foram feitas as últimas recunhagens, com recurso ao cunho titular aberto no reinado de D. João V.

Época I: 1646 – 1650. Proclamação solene da Virgem Imaculada da Conceição como Padroeira de Portugal e dos seus domínios ultramarinos. É encomendada em França a abertura de um cunho alusivo à imagem da Senhora de Vila Viçosa, com desenho feito em Lisboa, para moeda equivalente aos grandes “reales de A ocho” hispano-americanos (peso de 28 g; módulo de 41 mm), bem como, de uma nova máquina de cunhar, do sistema de balancé de parafuso, que chegou a Lisboa em finais de 1649, sendo portador Antonio Routier. O contra-cunho, com as armas reais, terá sido gravado em Portugal. Em 1650 são estampadas as primeiras provas de ouro e de prata das moedas da Conceição, sem utilização de virola ou argola de contenção do bordo, e fixado o respectivo peso, de forma a permitir um bom enchimento dos cunhos. As provas são levadas à apreciação do conselho da Fazenda e do monarca. Em Dezembro desse ano são encomendados os primeiros exemplares para fazer oferta na casa da Senhora, em Vila Viçosa, no dia da sua festa. O seu peso define o seu valor monetário.

Época II: 1651 – 1685. A Conceição entra no giro monetário, com curso legal definido por lei (12\$000 réis para o ouro, peso de 12 oitavas ou 39,43 g; 600 réis para a prata, peso de 1 onça ou 28,68 g). Os cunhos vão-se desgastando com o uso da nova maquinaria. A necessidade de substituir o cunho original das armas nacionais, leva à abertura de um novo cunho, em nome do soberano reinante, Pedro II, em tudo semelhante ao anterior. O fabrico da nova moeda continua até 1685, quando a sua cunhagem como moeda é suspensa.

Época III: 1694 – 1706. O estabelecimento da confraria dos Escravos da Conceição obriga à estampagem de venerated e de medalhas de oferta em nome de D.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 28

Pedro II. Novos cunhos do anverso e do reverso (sem a era de 1648) são abertos pelos gravadores da casa da moeda, sob a orientação do gravador Roque Francisco, que introduz a inovação dos riscados heráldicos no escudo nacional. Os cunhos deixam de ser utilizados no final desse reinado, sendo o seu paradeiro hoje desconhecido. Os oficiais da casa da Senhora passam a reproduzir as moedas originais por fundição, utilizando-as como medalhas ou como insígnias pendentes de fita ao peito.

Época IV: 1717 – 1807. São reproduzidas moedas dos reinados anteriores, como os Portugueses de ouro (1717-18), para o círio pascal da capela real, e a Conceição de prata (cerca de 1720), para as ofertas régias, com abertura de um novo cunho do anverso em nome do rei Restaurador, copiado do cunho feito no reinado anterior, com os esmaltes heráldicos no escudo nacional. A sua estampagem em prensas com utilização de virola de contenção, faz reduzir a espessura do bordo. Sempre que necessário para as funções régias, novas reproduções vão sendo feitas nos reinados seguintes, por cunhagem e por fundição, ao longo deste século, até às invasões francesas. O cunho do reverso apresenta já indícios de uma fractura desde o bordo da fonte até ao horto.

Época V: 1818-1890. A devoção à Imaculada Conceição continua com a corte de D. João VI no Brasil, que em sua honra e em memória dos benefícios que a nação Portuguesa dela recebeu ao longo dos séculos, cria e institui a nova Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

A última recunhagem das medalhas da Conceição tem lugar em data próxima a 1890, com utilização do cunho original do reverso (imagem) e o novo contra-cunho do anverso (escudo) aberto no reinado de D. João V. A sua utilização em modernas prensas de cunhar a vapor, de grande potência, com uso de virola de contenção, amplia a fractura já existente no cunho do reverso, defeito que se transmite aos exemplares estampados. Data dessa altura a estampagem de várias provas de estanho e de bronze, dos cunhos 1, 2 e 3 guardados no arquivo da casa da moeda.

Em 1927 aparecem no mercado numismático um exemplar de prata da Conceição com a era de 1650. Catalogado por Ferraro Vaz em 1948, esta réplica moderna gravada em Paris enganou tudo e todos, passando por moeda original de D. João IV.

Época VI: 1946-1996. Em 1946, por ocasião do 3.º centenário da proclamação da Padroeira de Portugal, são estampadas medalhas comemorativas de ouro, de prata e de bronze, reproduzindo as gravuras dos cunhos existentes no arquivo da casa da moeda de Lisboa, já anteriormente utilizados em 1890. Como elemento identificador, introduz-se no reverso as datas de 1646 e 1946 entre os braços da Cruz.

Em 1996, para comemorar os 350 anos da mesma proclamação régia e sob proposta do autor deste trabalho, é cunhada uma moeda comemorativa corrente de 1000 escudos, de prata, com as mesmas características dos “reales de A ocho” hispano-americanos, com gravuras da autoria do escultor mestre Helder Batista.

